

Director
Veloso de Castro
Editor
Joaquim Araujo

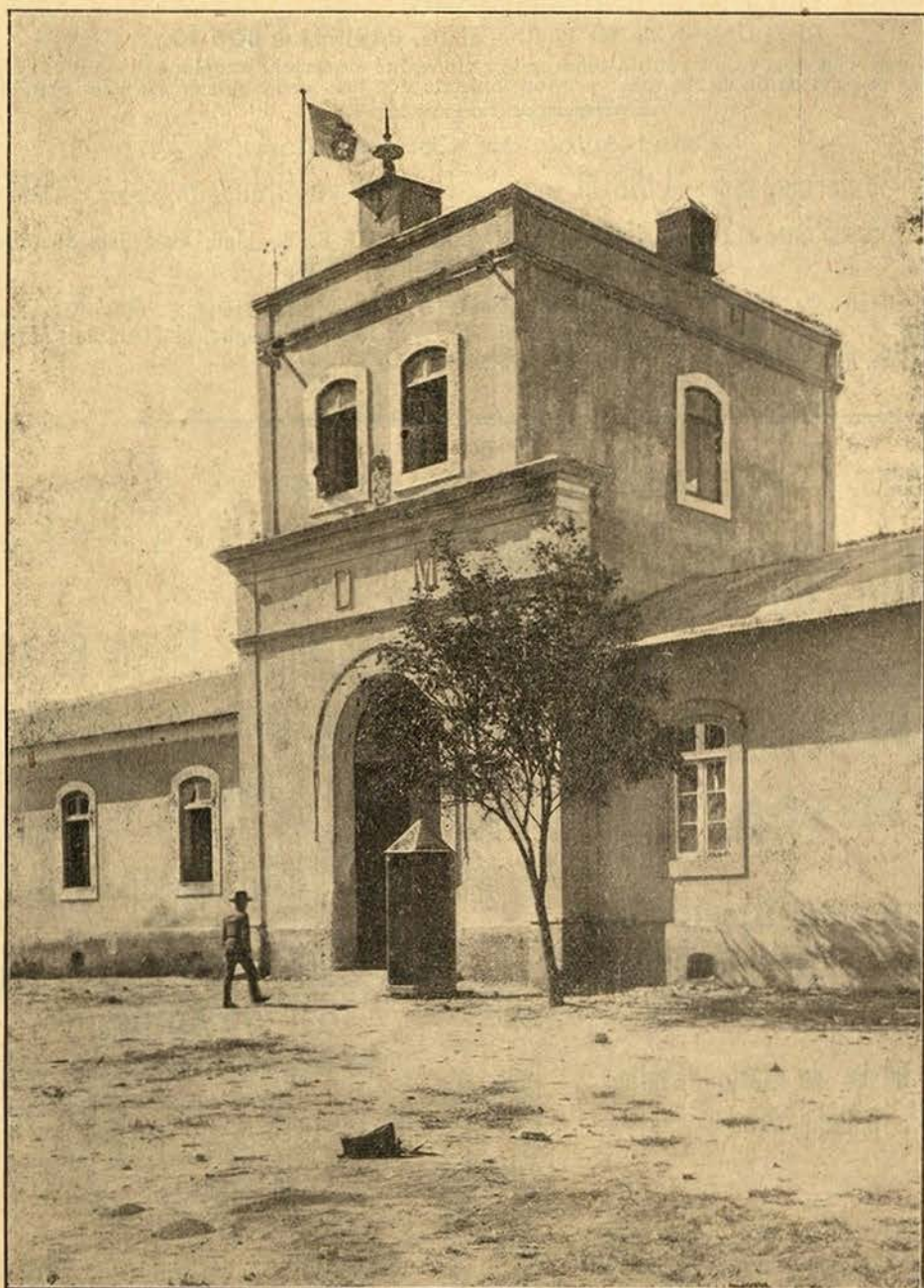
Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

Composto e Impresso
Rua de Seculo, 150

GAZETA DAS COLONIAS

Assinaturas
Serie de 12 numeros :
Continente e ilhas. 20\$00
Africa Ocidental .. 26\$00
Africa Oriental ... 30\$00
Estrangeiro. 50\$00
Publica-se nos dias 10 e 25
de cada mês

QUINZENARIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA DO GREMIO LUSITANO, 40, 1.º



LUBANGO. — Vestibulo do quartel do Esquadrão de Dragões, iniciador e defensor da colonia da vila Sã da Bandeira

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Serviço regular entre a Metropole e a Africa Ocidental e Oriental Portuguesa

Saídas de Lisboa em 1 de cada mez para os portos de Africa Ocidental e Oriental

Saídas extraordinárias em 15 de cada mez para todos os portos de Africa Ocidental

Saídas extraordinárias de Lisboa e portos do norte da Europa para a Africa, só para carga

Frota da Companhia

Paquetes Nyassa, 8965 toneladas—Angola, 8315—Lourenço Marques, 6355—Moçambique, 5771—Africa, 5491—Pedro Gomes, 5471—Beira, 4973—Portugal 3998—Luabo, 1385—Chinde, 1382—Manica, 1116—Bolama 985—Ibo, 884—Ambriz, 858.

Vapores de carga Cubango, 8300 toneladas—S. Tomé, 6350—Cabo Verde, 6200—Dondo, 6000—Congo 5080.

REBOCADORES NO TEJO—TEJÓ, CABINDA e CONGO

Todos os vapores desta Companhia teem frigorificos, luz electrica, excellentes acomodações e todos os modernos requisitos de navegação, proporcionando aos srs. passageiros viagens rápidas e comodas

Escritórios da Companhia:

Rua do Comercio, 85—LISBOA

R. da Nova Alfandega, 34—PORTO

Agentes: ANVERS, Aiffe & C^o, Qual van Dyck, 10—HAMBURGO, E. Th. Lind, Alsterdam 39 Europahaus. ROTTERDAM, H. van Krieken, P O B 662

Telefones: Administração, C. 1527—Chefe do Expediente, C. 1000—Informações, C. 608—Tesouraria e Passagens, C. 2665—Comissariado e Serviços Medicos, C. 3202—Engenheiros (Cais da Fundação), C. 3052 Cais da Fundação, C. 2087—Depósito e Armazem, C. 4012.

Companhia do Amboim

Séde—Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Explorações agricolas
em Angola

(Amboim, Hanha do Norte (Lobito)
e Bailundo

Representação em Loanda,
Porto Amboim e Benguela

COMPANHIA

DO

Caminho de Ferro do Amboim

Séde—Rua dos Correeiros, 70

LISBOA

Concessionaria
do

Caminho de Ferro
do Amboim

e do porto de Porto Amboim

Distância de Porto Amboim a Gabela 128 kilom.
Kilometros construidos . 80

Representação em Loanda e Porto Amboim

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMOVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Koppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
Pennsylvania Car and Manufacturing Comp.^a

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murite», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos um armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotos e taboas, assim como travessas para caminhos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo- metro 1 para Deposito de Mercadorias.

Officinas de Serração, Fabrica de Mobiliias, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

SÁ LEITÃO & C.^A, L.^{DA} R. DA MADALENA, 45, I.^o
LISBOA
— Teleg.: "MONDEGO" — Lisboa —

Importação e Exportação

directa das suas casas em ÁFRICA de todos os productos de ANGOLA (Africa Ocidental Portuguesa)

Café, Cacau,
Coconote, Oleo de
palma, Urzela,
Borracha, Cera de
abelha, Goma
copal, Marfim etc.

Em deposito para
fornecimentos:

Fazendas, Quinquilharias,
Géneros alimenticios, Fer-
ramentas, Vihos, Oleos e
variadissimos artigos da in-
dustria nacional e estran-
geira



DEPENDENCIAS DE LOANDA

RICARDO PIRES & C.^A

LISBOA

RUA DA GLORIA, 72, 1.º D.º

End. tel.º — Amendoense

AFRICA

Loanda—Caixa postal 338

End.º tel.º—Cabacos—ilvares

INDUSTRIAL FRICORIFICA *Fabrica de Gelo e Refrigerantes — (Fornecimento de gelo, a vapores e de peixe congelado, na linha ferrea Loanda-Malange).*

EMPRESA DOS TABACOS DE ANGOLA *Fabrico mecanico aperfeiçoado de picados, cigarros e charutos*

IMPORTADORES

SERRALHERIA MECANICA

EXPORTADORES

Societarios
de :

Elias & Pires, Ltd., em Sucala — com lias de permuta nas regiões de café
Sociedade Agricola e Industrial de Camoma, Ltd. — (Agricultura.)
Empresa Pecuaria do Rio Tapada, Ltd., no Lobito e Egipito — (creação de gado e cultura d'algodão e palmares).
Machada & Ricardo nos Salles — (Cultura de Palmares).

Telegramas
CAPA



COMPANHIA AGRICOLO-PECUARIA DE ANGOLA

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ANTIGA SECÇÃO DE CEREAS DO

Fomento Geral d'Angola

CULTURA DE CEREAS

CREAÇÃO E APERFEIÇAMENTO DE GADO

INSTALAÇÕES

EM

LOANDA, BENGUELA, HUAMBO, LUBANGO,

CALULO, CHINGUAR, LUIMBALE, ANULO, QUIPUNGO, CHIRIA, GAMBOS etc.

CAPITAL E.º 9000:000\$00

SEDE EM LISBOA: Rua dos Fanqueiros 12, 2º

TELEFONES: C.º 480 e C.º 970

Raul Leiro, & C.^A

Novo Redondo e Amboim

Comerciantes e Agricultores

Endereço telegrafico: RAULEIRO

Plantações de Algodão

FORNOS DE CAL

Comissões,

Consignações

e Conta Propria

SUMÁRIO — 1 — Problemas economicos.....	A. Vasconcelos
2 — A orientação política do governo e a descentralização administrativa.....	Patricio Mendes
3 — Timor: A educação profissional.....	Augusto Gabral
4 — Macau: O novo porto e o comércio marítimo.....	Melo Galdes
5 — Moçambique: Exército colonial.....	A. Vasconcelos
6 — A colónia portuguesa do Lubango.....	Cecil
7 — Fomento agrícola colonial.....	V. de Castro
8 — Função das missões religiosas.....	
9 — Resposta portuguesa ao protocolo R. Cecil.....	
10 — Campanhas militares coloniais.....	

PROBLEMAS ECONOMICOS

O regime pautal nas colónias: administração geral e regra da descentralização administrativa

SÃO vários os factores ou componentes a que é preciso atender na organização dum país, quer se organizem apenas no sentido de defender o país contra a invasão dos produtos estrangeiros e possível absorção dos produtos nacionais, quer se estudem nas relações com as suas próprias colónias em geral e com qualquer delas em particular.

Para se proceder a esse trabalho com verdadeiro conhecimento de causa e de forma a tirar d'ele os maiores proventos e resultados, é necessário atender, em primeiro lugar, ao estado de atraso ou de progresso do país que se considera, às suas principais produções, se é agrícola, comercial ou industrial, o que pode importar ou exportar com vantagem e proveito para o país, em que uma ou mais dessas características preponderam e podem ser mais ou menos favoráveis na permuta com o estrangeiro.

O desconhecimento desses factores, alguns deles quasi imponderáveis, pode acarretar à economia do país prejuizos irreparáveis, que a todo o custo é preciso evitar.

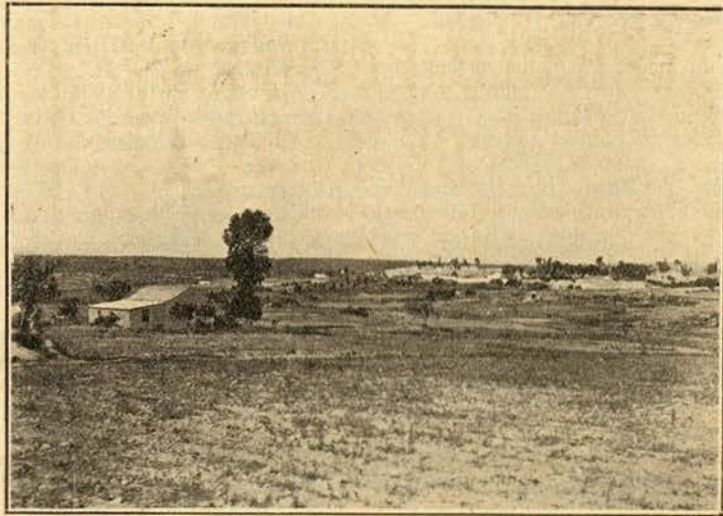
Seria um erro funesto das mais terríveis consequências tornar artificialmente um país industrial, quando é essencialmente agrícola e vice-versa, sacrificando a quasi totalidade da nação à ganancia e cobiça de um reduzido número de individuos, por mais legítimos que fossem os seus interesses.

Foi isto precisamente que se fez em grande parte com a promulgação das pautas de 1892, filhas por assim dizer das pautas francesas, e que tantos prejuizos têm causado à nossa economia, tanto metropolitana como colonial.

Foi, no meu entender, este facto

devido à circunstancia de a nossa administração, geral e mencionadamente a colonial se ter exercido e continuar a exercer-se resolvendo os problemas coloniais e solucionando as dificuldades que se deparam, apenas como as circunstancias de momento o permitem, seguindo-se para isso a orientação do menor estorço, sem se quer se poder ajuizar, em muitos ca

guarda dos povos civilizados, impõe-se a fixação dum plano de política colonial, considerado o mais conveniente aos interesses nacionais, e a que devem subordinar-se, inclusivamente, a acção do ministro das colónias, cuja pasta, entendo, não deve ser política, e a dos governadores coloniais que devem ser escolhidos sem a preocupação da política partidária



1—Panorama da vila tomado de Casal Novo

sos, se a fórmula adoptada para resolver uma dificuldade presente não determinará muitas e maiores dificuldades em futuro proximo, agindo em administração colonial simplesmente com o *critério do oportunismo*, sem orientação, sem plano preconcebido nem objectivos definidos, accumulando, emfim, complicações e criando dificuldades que acabarão por nos levar ao caos.

Ora, para que caminhemos na van-

e sem procurar dar-se honras de general a simples subalternos, pelo facto de terem sido bons ajudantes, mas, apenas, com a preocupação de encontrar para o desempenho desses lugares pessoas honestas e competentes.

Os lugares de governadores só devem ser confiados a pessoas com profundos conhecimentos da administração ultramarina e que já tenham demonstrado a sua competencia no



2— Edifício da Camara Municipal

exercício de funções coloniais importantes, a fim de que se evite a repetição de surgirem dum momento para o outro governadores que desconhecem a situação do seu distrito e até da colónia para que fôram nomeados!!!

E' necessario que o criterio para a escolha dos governadores coloniais seja aquele que o grande colonial sr. general Freire de Andrade preconizou: «Escolher os homens para os lugares e não os lugares para os homens».

Não pode, na minha modesta opinião, ser outro o caminho a seguir, quando nos achamos na presença de grandes problemas coloniais cuja solução é grave e urgente, quando estamos cercados das mais desenfreadas cobiças e quando de além fronteiras nos têm feito saber que a melhor forma de podermos continuar na posse incontestável das nossas colónias seria ocupá-las de maneira a fazê-las progredir.

Assim, enquanto na metropole nos entontecemos em intermináveis discussões, as colónias vivem ma': Angola e Moçambique debatem-se numa horrível agonia, a India estaciona, Timor ameaça-nos com um já rasoavel deficit, S. Tomé vê-se a braços com a crise dos serviços e com a depreciação do seu cacau, a Guiné tende a resvalar para o abismo em que se encontram Angola e Moçambique, e Cabo Verde, *vegetando*, espera que lhe dêem o rendimento das taxas telegráficas a que tem direito; entretanto o estrangeiro espregueita com cuidado o momento em que tranquilamente possa dar o salto, ha muito preparado.

Para isto lhe bastaria que nós continuássemos com a orientação que nos últimos tempos tínhamos seguido. Mas

é preciso que nós, que temos uma obra colossal realizada no nosso império ultramarino, nos compenetre-mos bem do crime que sobre a nossa geração ficaria pesando, se o não soubermos defender dos estrangeiros.

E bem facil é essa defesa; basta, apenas, que a Nação atente na importancia que as colónias têm para a nacionalidade e que se reorganize, em conjunto, como é indispensavel, todo o nosso sistema de administração colonial, nos ultimos anos comprovadamente insufficiente e até prejudicial.

Na maior parte das revistas estrangeiras, raras vezes nós sômos falados como nação colonizadora; e, se alguma vez o sômos, a maior parte das vezes apenas de nós se fala para mostrar-se quão pouca razão existe para que tenhamos um tão grande império colonial, quando nações ha como a Italia e a Alemanha que delas tanto precisam.

Toda a obra colonial do nosso país deve inspirar-se no propósito de conservar bem vivo o sentimento da nacionalidade, entre todos os portugueses dispersos pelo globo, evitando-se por todos os meios a sua desnacionalização. Nestas circunstancias, deve fazer-se tudo quanto fôr possível para que as nossas colónias não percam o seu character nacional e não se dissolvam em civilizações com ideais diferentes e até opostos aos nossos.

O problema português não se limita geograficamente à metropole, é mais qualquer coisa, é o problema da raça portuguesa à superficie da terra.

O problema colonial é, numa palavra, o problema nacional.

Para a resolução deste problema é licito esperar o concurso e a boa vontade de todos. Organizemo-nos capaz-

mente, unica maneira de nos administrarmos como é preciso; façamos uma inteligente e activa propaganda da nossa obra e capacidade coloniais e daquilo que deve ser a nossa administração colonial.

Com as colónias portuguesas está a realizar-se a situação estranha das constituições, em vez de um valioso auxiliar do ressurgimento económico e financeiro da nacionalidade, em vez de serem um poderoso elemento para a solução das dificuldades financeiras que a grande guerra trouxe à metropole, serem, pelo contrário, um pesado ónus, que mais complica aquelas dificuldades.

A metropole, debatendo se para chegar ao equilibrio das suas finanças e para se colocar em condições de saldar os seus compromissos, vê-se forçada a fazer pesar sobre a riqueza publica e tributavel da metropole, já sobrecarregada de encargos, a solução das dificuldades financeiras das colónias.

Os maus processos de administração e a pouca orientação até hoje seguida na nossa administração colonial, produziram a situação actual e muitos mais dissabores nos acarretarão se não soubermos e não quisermos emendar-nos.

Necessário é, pois, arremos caminho.

Reorganize-se e o melhor possível o nosso Ministerio das Colónias, de modo que ele, sempre actualizado com o decorrer da vida administrativa de cada uma das colónias, possa ser um indispensável órgão de informação do ministro, habilitando-o a poder exercer eficazmente e em tempo oportuno a sua função de fiscal da administração e de orientador da politica colonial de cada uma das colónias, a fim de se poderem conjugar os esforços das colónias com os da metropole, no interesse geral da nação, e teremos, com isto, dado um grande passo no caminho da solução do nosso problema colonial.

Em todos os países que se preocupam de dar á sua administração colonial um character ao mesmo tempo científico e prático, a maneira de organizar na metropole o órgão superior dessa administração, bem como o cuidado em se legislar, tem merecido os mais atentos cuidados, larga discussão de doutrina e de pontos de vista, para se reconhecer, imediatamente, que o problema não é facil de resolver, nem as fórmulas adoptadas puderam, até hoje, reunir todos os aplausos. Entre nós, tambem o problema tem de ser posto e resolvido, logo que a opinião publica comece a interessar-se verdadeiramente pela questão colonial, de tão primordial importancia para a nossa nacionalidade. Na organização da administra-

ção central, na legislação para as colónias, nós, portugueses, como de resto em todos os outros ramos de administração colonial, não temos seguido uma orientação nítida e persistente, derivada de um estudo anterior em que entrasse o conhecimento do que a tal respeito nos diz a *colonização comparada*. Assim, o nosso Ministério das Colónias tem sido uma organização sem nexo, sem lógica e sem ordem. Assim, a nossa legislação ultramarina tem sido duma tal superabundância capaz de fazer desanimar o maior e mais paciente jurista que à sua interpretação se dedicasse.

Temos um império colonial enorme e os assuntos que lhe dizem respeito eram tratados, regra geral, sob a direcção de um ministro que, na realidade, nada podia dirigir, porque nem tempo tinha para dar regularmente despacho aos seus directores gerais, sempre assoberbado pela eterna questão política!

Nestas circunstancias, cada um trabalhava para seu lado, como se lhe afigurava mais conveniente, sem mesmo o correctivo de uma direcção superior, unica, porque o ministro, sempre politico, não tinha tempo para dirigir e muito menos para estudar os assuntos da sua pasta!

Os directores gerais, de cada vez que vão a despacho levam uma coluna de processos, que, por si só, faria desanimar um ministro enérgico. Os assuntos são tratados, a maior parte das vezes, sem especialização geográfica e até muitas vezes sem especialização técnica.

Ora, o problema colonial, apesar de conter modalidades diversas, pontos de vista diferentes, questões concretas absolutamente distintas, é em todo o caso, *uno*.

Mostra um certo número de linhas gerais que a todas as colónias abrangem, precisando de ser apreendido, em conjunto, por um único individuo embora, abaixo d'ele, depois, se desdobre esse problema em escadarias necessárias.

Uma colónia é um mundo especial, diferente de todos os outros, mais ou menos com os seus aspectos e problemas privativos; é necessário, portanto, tratá-los à parte dos outros e, ao mesmo tempo, sem prejuizo da sua natural ligação.

E isto, regra geral, tem esquecido. E' preciso que a repartição por onde estes serviços correm na metrópole seja tambem um pequeno mundo especial, onde se procure sempre reproduzir o mais possivel a atmosfera própria à colónia, pela colaboração de individuos que nela tenham trabalhado.

Carecemos, pois, de realizar uma obra nossa e que se harmonise intimamente com as condições em que

nos encontramos e que não podemos facilmente modificar.

E é isto que desde ha muito devíamos vir fazendo, procurando, por meio de uma legislação constantemente evolutiva, o nosso *desideratum*, que é: «Termos contribuido, como povo colonizador, para o bem da humanidade, pela transformação das nossas colónias e pela civilização dos seus habitantes».

Em sciencia colonial tomou fóros de axioma a afirmação de que a administração de uma colónia ha-de ser feita na própria colónia, dando se ao governador e aos corpos administrativos locais competencia bastante para aquele poder administrar, e para um e outros adoptarem ou proporem as normas de execução permanente que fôrem mais úteis ao progresso da colónia.

Todos são desta opinião mas grandes e profundas são as divergencias quanto à fórmula de a applicarem.

Impossivel é estabelecer um plano geral que sirva para todas as colónias sem distincção de tempos e de lugares.

Nas condições de desenvolvimento de cada colónia, nas características da sua população, na distancia da metrópole e até mesmo nas circunstancias de momento, é que se hão-de encontrar as directrizes da evolução do seu govêrno.

A fórmula mais preconizada até hoje para as colónias do género das nossas, tem sido a constituição de corpos onde altos funcionários e habitantes da colónia colaborem na discussão das leis e problemas da administração local.

Mas é certo que depois da autonomia que, ha anos, às colónias foi concedida, nós verificamos que elas não têm prosperado.

A que é devido semelhante facto?

Quem tenha seguido com atenção as questões coloniais portuguesas nas últimas décadas, conhecendo-as só pelas suas principais características, e tenha seguido o que se tem passado durante o mesmo periodo na situação económica e financeira de cada uma das nossas oito colónias, pode ser levado a concluir que se cometeu um grave erro, promulgando, em 1914, as leis de autonomia administrativa e financeira das colónias, que leis posteriores ligeiramente modificaram e para algumas colónias ampliaram.

E, com efeito, a partir da data em que a autonomia se foi tornando efectiva, a situação económica e financeira de quasi todas as nossas colónias, em vez de melhorar peorou, encontrando-se actualmente algumas delas em situação de veras afflita, que muitos que se interessam por assuntos coloniais explicam como uma lamentavel e fatal consequencia da autonomia concedida, que, por isso, ásperamente condenam.

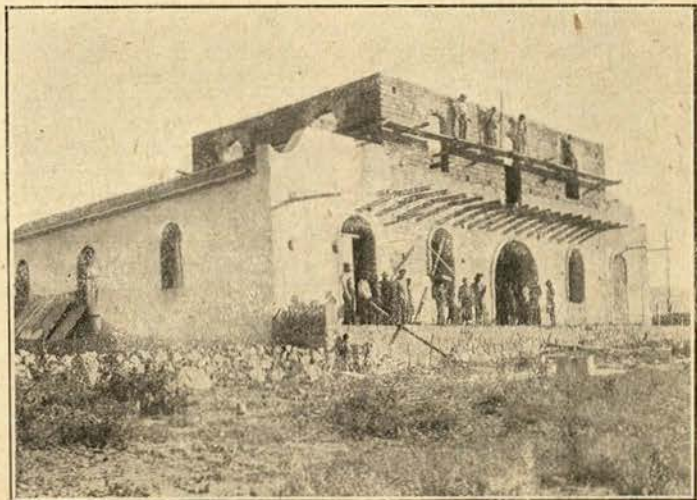
E, na verdade, mesmo que se atenda ao reflexo que as perturbações económicas determinadas pela grande guerra tiveram na vida económica e financeira das colónias, nem assim se explica a gravidade da situação de algumas delas.

E, por isso, razão parece terem aqueles que responsabilisam pela actual situação a descentralização administrativa dada às colónias.

As colónias portuguesas estão constituindo para a metrópole um pesado ónus que mais complica as suas já grandes e complicadas dificuldades.

Mas serão, porventura, os processos de administração que estão produzindo a actual situação das nossas colónias?

Tal situação seria, porventura, criada pelas leis que concederam a autonomia administrativa e financeira às



3—Fabrica de moagem em construcção

colónias? Seria para estranhar que tal facto tenha sucedido só com as colónias portuguesas, porquanto tem sido a descentralização administrativa, que de ha muito os demais países coloniais têm dado ás suas colónias, que tem permitido um notavel desenvolvimento económico de muitas delas.

Esta descentralização e autonomia, por vezes, têm sido tão grandes que têm chegado quasi á autonomia absoluta, sem que daí resulte prejuizo para a metrópole, e antes continuando esta a ser beneficiada largamente pelas suas relações com tais colónias.

Assim succede entre a Inglaterra e os domínios britânicos. Como explicar então o aparente insucesso do regime de autonomia promulgado para as nossas colónias?

As colónias portuguesas, sujeitas

a necessidade nacional das colónias acatarem e seguirem, no exercício das suas liberdades administrativas, a *política colonial portuguesa*, que, para os interesses gerais da nação, fôsse julgada mais conveniente, o que tornaria indispensável e justificaria toda a assistência da metrópole.

Desta fórma, realizar-se-ia em politica colonial uma plena comunhão de esforços da metrópole e das suas colónias. Torna-se necessário, pois, que haja um organismo de caracter permanente e que, fóra das constantes substituições que a politica impõe aos ministros das colónias e aos governadores coloniais, coligisse e tivesse em dia todas as informações do que nas colónias se vai passando, não só no respeitante á autonomia que lhes foi concedida, como tam-

sas que tão profundamente prejudicou as colónias e a metrópole?

Fixe-se um plano de politica colonial, que seja considerado o mais conveniente aos interesses nacionais.

Subordinem-se a êsse plano a acção do ministro das colónias e a dos governadores coloniais.

Faça-se uma selecção rigorosa nos altos cargos coloniais como, felizmente, parece ter sido feita para Angola, neste momento.

Definam-se duma fórma clara e precisa as mais importantes características da politica colonial que fôr julgada a mais conveniente aos interesses gerais da nação.

Feito isto, será a própria opinião pública que se imporá e exigirá que ministros e governadores a respeitem, se, porventura, alguém disso se esquecer.

Se tal fizermos, teremos contribuido imenso para a reabilitação do nosso passado colonial e para a prosperidade da metrópole e das colónias.

Lisboa, setembro de 1926.

ALCINO DE VASCONCELOS

Tenente.



4—Uma das casas comerciais

até ha pouco a uma rigorosa centralização administrativa, viviam sobre a tutela directa do Ministério das Colónias. De repente, foi-lhes dada autonomia administrativa e financeira a que elas não estavam habituadas. Daí, o salto brusco e uma passagem rápida de um para o outro processo de administração, de onde, facilmente, deveriam advir as presentes dificuldades.

A autonomia das nossas colónias devia ter sido, desde o seu inicio, carinhosa e cuidadosamente acompanhada pela acção do governo e de fórma que, sem lhes serem cerciadas as regalias concedidas, as colónias fôsem auxiliadas a usarem essas regalias com o maximo proveito, procurando suprir-se, assim, a falta de experiencia das colónias, para usarem da sua quasi emancipação.

Além destas razões outras ha como

bem em tudo que dissesse respeito ao seu progresso e bem estar.

Desta fórma, os ministros que pela pasta das colónias vão passando poderiam rapidamente actualizar-se com a situação colonial.

Não é, pois, do regime da autonomia das colónias que provém a situação em que nos encontramos.

Esta situação é devida unicamente á fórma como essa autorização foi exercida, sem se orientar por qualquer plano de politica colonial, pois tal plano não existe de facto, e sem que, ao menos, os ministros respectivos exercessem uma acção de coordenação e de orientação na vida colonial, porque, sendo politicos, a politica não lhes dava tempo para tal, nem lhes permitia actualizarem-se com a intensa vida colonial durante a sua curta passagem pelo ministério.

Como remediar este estado de coi-

Problemas económicos

No campo dos estudos económicos é o sistema pautal um problema dos mais melindrosos e complexos. A «Gazeta» não deve deixar de abrir a sua discussão, agora que está reconhecida a necessidade de modificar o regime fiscal que vigora para as colónias desde 1892, e que as próprias colónias o podem modificar dentro dos limites da politica protecionista que o governo marcou nas bases da organização autónoma da administração civil e financeira.

Com aquêle fim recorremos á competência tecnica de um novo — o sr. tenente Alcino de Vasconcelos, diplomado da Faculdade de Letras e do curso de administração da Escola Militar, e que acaba, com invulgar brilho, de concluir o seu curso da Escola Colonial, tendo nesta as suas principais teses versado exatamente os problemas do regime aduaneiro aplicado ás colónias, com estudos especiais para cada uma delas.

Agradecendo tão importante colaboração fazemos votos para que este novo colonial, digno de um futuro honroso que ha-de seguramente alcançar, seja muito feliz em Angola, para cujo quadro administrativo acaba de ser requisitado.

Pela politica

A orientação politica do Governo e a descentralização administrativa

O pensamento politico do governo acaba de ser definido com precisão e nitidez pelo sr. ministro da justiça que fez a declaração dos principios em que ha de assentar toda a acção governativa d'este periodo excepcional, em que se recorreu ao Exercito para apoiar no Poder uma situação que possa afastar da administração pública toda a influencia deleteria dos partidos organizados, como era mister e reclamado pela maioria da opinião.

Esses principios são os seguintes: *Republica Unitária*, repelindo a ideia de uma federação de provincias.

Governo Democratico, pertencendo a direcção do país á nação, pela escolha dos chefes dirigentes.

Governo Republicano, visto como a Republica entrou definitivamente na consciencia da Nação.

São estes os fundamentos da Constituição de 1910 e mantêm-se porque não é ela a culpada das miserias a que o país foi arrastado pelas lutas de classe e pelas intrigas e ambições dos partidos.

Contudo, d'esses principios, o primeiro, que contém em si o germe da centralização desafortada que presidiu

no século passado á organização dos estados saídos da Revolução franceza, está hoje perdendo terreno um pouco por toda a parte; nem uma quebra de unidade nacional é receiada já, nem os interesses regionais, fundamento de toda a economia pública, podem ser tão desprezados como têm sido pelas côteries que, dependentes das organizações politicas dos partidos, têm disposto a seu bel-prazer das administrações centrais, cada vez mais absorventes.

Os municipios têm tradições honrosas: com a sua ajuda se realizou entre nós a unidade nacional e se combateu a independencia dos nobres; com o povo, se combateu em França a Fronde e realizou definitivamente o estado unitário. Contudo, os municipios autonomos e as corporações continuaram vivendo dentro d'esses estados fortes e contribuindo cada vez mais para a sua expansão económica.

Sempre que os nossos soberanos reuniram ás côrtes para realizarem os grandes empreendimentos nacionais colectivos, encontraram nos municipios e nas corporações o seu melhor amparo. Pena é que as vezes d'estes fossem tantas vezes abafadas.

As tropelias que o sr. ministro da

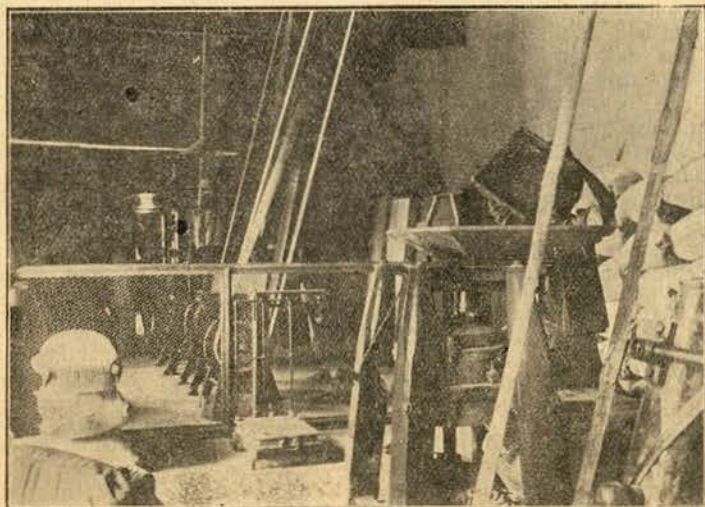
justiça atribui ás administrações autónomas (e acusa-as com infinita razão) não são hoje mais do que a consequencia dos males da administração central onde pontificaram dirigentes politicos, muitos e muitos de incontestavel valor, mas todos acorrentados ao interesse dos grupos de vampiros que a propria conveniencia dos partidos criou. Embora cada povo, democratico ou não, tenha o governo que merece, uma acção moral reflexa exerce-se sempre de cima para baixo e tem a mais poderosa influencia na definição dos costumes e na marcha dos acontecimentos.

Não vale a pena continuar; a politica de baixo imperio que dominou nos ultimos anos a vida nacional, parece que tende a desaparecer. Os proprios politicos dirigentes, os que foram afastados ou outros que venham a suceder-lhes, estão já convencidos que têm de mudar de rumo na orientação dos negocios publicos.

Isto é o essencial. Se abordamos hoje este assunto melindroso, fazemo-lo apenas em razão do interesse que têm para as colónias as declarações do sr. ministro da justiça relativas á descentralização administrativa.

As bases das cartas orgánicas para a administração autónoma das colónias já estão publicadas e talvez a esta hora aprovadas ou mesmo decretadas pelo governo.

Segundo uma nota das estações officiais, o sr. João Belo teve em vista: a unidade politica do territorio colonial; continuação do regime de autonomia administrativa e financeira com uma maior superintendencia e fiscalização da metrópole; definição, tendente a evitar confusões, da competencia da metrópole e dos governos das colónias, em materia legislativa e executiva; cessação do regime municipal nas regiões onde ele, apesar de um longo regime de assimilação, ainda não conseguiu criar raízes; exclusão nas bases organicas de disposições especiais ou regulamentares, a fim de elas terem a elasticidade precisa, para, dentro dos seus preceitos gerais, mas rígidos, se poderem formular as cartas organicas e codigos



5 — Oficinas de carros

administrativos de cada colónia; modificação do regime dos altos comissários, no sentido da possibilidade da sua adaptação ás circunstancias excepcionais de diversa natureza que determinam, em cada caso particular, a necessidade de tal regime.

No acto da instalação do novo Conselho Superior das Colónias, a que presidiu, o sr. ministro acrescentou que foi com profundo pesar que adoptou algumas medidas de excepção, como aquela que autoriza os governadores a poderem expulsar dos respectivos territorios, nacionais a quem pelos seus actos tal medida tenha de ser aplicada. Declarou que, como complemento das cartas organicas fará uma completa reorganização dos serviços de seu ministerio, adoptando o criterio das repartições autónomas, por especialidades, que irão substituir as actuais direcções gerais. Pela reorganização será criado o sub-secretariado das colónias.

Já aqui dissemos que uma das principais modificações que o plano de restrições adoptado nas novas bases trouxe ao regime de autonomia, foi a supressão dos conselhos legislativos coloniais, cujas funções passam para um conselho de governo composto de vogais natos (funcionarios publicos) e de vogais de nomeação do governador e vogais eleitos; estas duas últimas categorias em numero equivalente de vogais. Além disto, as cartas de cada colónia serão promulgadas pelo governo da metrópole, embora as colónias fiquem com o direito de apresentarem modificações no prazo de um ano.

Todas estas medidas restritivas da autonomia administrativa de que as colónias já dispunham, foram aqui bem aceites nos meios coloniais, onde criticas acerbas têm sido feitas aos desperdícios exagerados das primeiras administrações autónomas, atingindo o crédito administrativo, não só nas principais colónias onde o *self government* chegou a ser exercido pelos altos comissários com poderes ilimitados, mas até o das pequenas colónias como Timór, Macau e Guiné, que sempre acusaram uma situação financeira desafogada e a vêm agora comprometida sem razões de fomento económico que justifiquem uma tal situação.

Em suma, embora com as restrições que os proprios factos impuzeram e com a necessaria fiscalisação efectiva do ministerio das colónias e respectivos tribunais de contas, a autonomia existe de facto e em condições de cada colónia poder regular por si a sua administração interna.

Mas, subsiste o principio da centralisação—como fórmula de uma unidade politica,— dentro das grandes colónias de Angola e Moçambique



6 — Construção de um casal para colonos

onde aliás os interesses regionais têm de ser considerados como condição essencial do seu progresso.

Essa principio tem a sua afirmação na base primeira, que apenas admite a divisão das colónias em *distritos* e nas afirmações concordantes que reproduzimos acima dos srs. ministros das colónias e justiça. Ora esses distritos já nós sabemos o que são: «caixas do correio» no dizer de muitos governadores, presos como estão á administração central pelos laços de uma burocracia especiosa e sempre morosa em função de distancias consideráveis.

Além disto os governos de distrito, segundo a organização de serviços que actualmente existe, não dispõem dos principais meios de acção no campo económico, como são todos os serviços tecnicos: geológicos e minas, agrícolas e florestais, pecuária, agrimensura, geodesicos e geograficos, concessões de terras, etc., e nêles têm falta de direcção superior os serviços de instrução pública e os dos negocios indígenas que são os que mais devem actuar nos trabalhos de colonisação. ¿Que fica a esses governos insignificantes, cuja acção limitada está ainda assim constantemente subordinada aos despachos e ordens do governo central? Cuidar do pessoal: administração civil, pequenas obras públicas, correios e telegrafos; nada mais. Porque os serviços de finanças e os de saúde e hygiene, que têm direcção tecnica nos distritos, estão ainda assim subordinados *tecnicamente* ás direcções do governo central.

Não pode haver maior limitação de poderes para os governos subalternos, embora a lei lhes confira, aparentemente, largas atribuições. Nada podem fazer estes governos, sem iniciativa

propria, êles que nas suas regiões deveriam ser os mais competentes juizes para se assegurarem de um criterio de politica económica a adoptar, embora subordinado á orientação do governo geral, mas executado sob a sua acção directa.

Entretanto, em Angola, por exemplo, treze direcções de serviços e cinco repartições tecnicas funcionam em Loanda sob a responsabilidade directa do governador geral, além de uma repartição central, dos quartéis generais das forças do exercito e serviços de marinha, do conselho de governo e tribunais administrativo, fiscal e de contas. Concordemos que é demasiado para um só homem, que além disso terá de visitar com frequencia os pontos afastados da colónia, se quizer certificar-se que a sua orientação politica e administrativa é seguida, investigar pessoalmente sobre as necessidades locais, e se quizer imprimir á administração geral aquele *elan* que a presença e o interesse do mais alto representante da Nação sempre despertam.

Uma correcção dêste sistema administrativo peiado só se consegue em Angola e Moçambique pela organização de poucos, mas fortes, governos subalternos, aos quais fossem atribuidas todas as funções directivas que agora estão concentradas nos governos gerais—excepto as que interessam ao exercicio da soberania: portos, caminhos de ferro, alfândegas, fiscalisação financeira e administrativa, concessões de vulto, orçamento geral, conselho do governo quartéis generais do exercito e serviços de marinha. Com um plano adequado de colonisação e politica económica, estudado e admitido de uma vez para sempre, nada mais seria preciso para

Continua na pagina 14.

Timor

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Na escola de artes e ofícios da missão de Lahane

(Do B. E. da diocese de Macau)

NESTA escola ensinam-se os quatro ofícios de carpinteiro, ferreiro, sapateiro e alfaiate.

A Oficina de Carpintaria — Saturado de aturar as manias do antigo mestre, que era chinês e não ensinava por assim dizer aos rapazes, consegui um mestre português, e o aspecto desta oficina mudou completamente sob a direcção d'este. O sr. Alberto tem culto pela sua profissão e é muito metucioso ensinando-a. Os rapazes, acostumados como estavam á indiferença sistemática do mestre chinês, estranharam a principio, achando talvez demasiadas tantas exigências. Não tiveram, porém, outro remédio senão acostumarem-se. E agora é um gosto vê-los trabalhar á europeia, em bancos á europeia, e sob o olhar vigilante do actual mestre, que nem lhes consente pegarem numa ferramenta de modo diverso do que a arte manda.

A diferença entre esta e as outras oficinas é tal que eu não descansarei sem ver todas elas dirigidas por mestres portugueses.

Sendo o sr. Pinto sargento artífice, e achando-se por isso sob as ordens do quartel general, devemos á benevolencia do ex.^{mo} sr. capitão Eduardo Areosa Feio digno Chefe do Estado maior de Timor o grande favor de permitir que este seu subordinado preste á Missão tam relevante serviço. Em nome, pois, da Missão aqui apresento a s. ex.^{ta}. os mais sinceros agradecimentos.

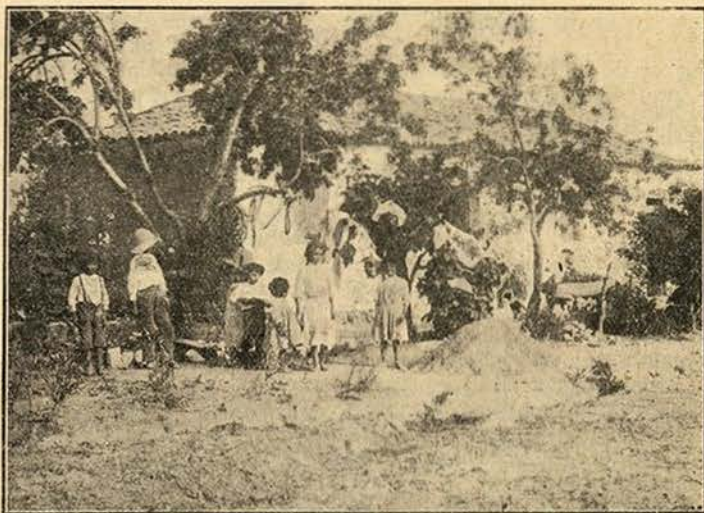
Officinas de Sapataria — Começou em dois de março com quatro aprendizes, logo apoz a chegada de Macau do mestre Moisés Lau, educado na escola de artes e ofícios dos padres Salesianos. Este revelou se logo de começo um hábil operário e as encomendas de calçado começaram logo a affluir. Apesar de chinês, sente-se nele a educação recebida, e ensina razoavelmente os alunos. Estes, actualmente sete, mostram bastante geito e habilidade, fazendo já com rela-

tiva perfeição todos os concêrto e alguns, mesmo, calçado novo de menos responsabilidade, o que já é muito para os nove meses que têm de aprendizagem. Ainda assim pena é que o mestre não seja europeu.

Officinas de Serralharia. Está desde o mês de abril de 1925 entregue á direcção de um timorense, que em três anos teve habilidade de aprender

terras, pouco sabendo da sua arte. Há actualmente cinco aprendizes.

Officinas de Alfaiataria. E' de todas as oficinas a que está piór, de mestre. O que estava para vir, com o Moisés, de Macau arrependeu-se e em Dili não se encontra um só alfaiate, razoavelmente sabendo o seu ofício, que queira vir ensinar á Missão. Compreende-se que sendo porora, em



7— Família de colonos junto ao seu casal

o sufficiente para executar e ensinar a maioria dos trabalhos correntes desta profissão. Satisfaz plenamente ás necessidades actuais da missão. O antigo mestre china tornou se de tal modo desleixado e exigente que o meu antecessor tinha se visto na necessidade de o despedir. Como todos os seus camaradas, nada ensinava.

Só o actual serralheiro aprendeu com elle alguma coisa; dos outros aprendizes, um está na capitania dos portos como auxiliar de mecânico e os restantes voltaram para as suas

Timor, chineses todos os alfaiates, elles se defendam, não querendo ensinar mais ninguém. Conseguimos que viesse um mas está muito longe de ser um alfaiate. Os rapazes lá vão aprendendo alguma coisa com elle, e como as encomendas para fora são poucas, têm-se entretido a fazer a roupa da Missão e fardamentos para os alunos e para os soldados de Timor, pedidos em grande quantidade pelo ex.^{mo} sr. Chefe da 2.^a Repartição Miliar, o capitão Morgado.

A continuarem com este mestre,

não conseguirão os aprendizes aprender o suficiente para poderem ganhar a vida com a sua arte; o mais que podem é irem-se acostumando a trabalhar, de modo que quando tenham um bom mestre depressa se possam aperfeiçoar.

A missão tem absoluta necessidade de ter á frente das suas oficinas pessoal seu, semelhante ao que tem agora dirigindo a oficina de carpinteiro, mas que está cá por empréstimo da repartição militar. Os mestres de artes devem fazer parte da Missão como seus membros auxiliares.

Como obtê-los? Estou convencido de que, por intermédio dos párocos ou de qualquer forma, se conseguiria encontrar em Portugal 5 ou 6 pessoas boas e de habilidade, que quisessem vir prestar este serviço ás nossas missões. Há muita necessidade de pessoal missionário mas, na minha opinião, a necessidade de membros auxiliares artifices não é menor.

Não tratei—nem tratarei sem a anuência de s. ex.^a rev.^{ma}—oficialmente deste assunto. Estou, porém, certo de que não obstante as precárias circunstâncias do tesouro público, o actual governo de Timor não teria dúvida em inscrever no orçamento a verba necessária para pagamento das viagens e ordenado deste pessoal.

No ano de 1925 as receitas da Missão provenientes das oficinas foram de \$2.320,70. Este dinheiro foi só a importância de obras feitas para o público. Certamente as obras feitas para a Missão importariam em mais do que isto, se tivessem que ser pagas.

A Banda Musical. Desde o seu começo e por determinação de v. ex.^a rev.^{ma}, na escola de professores catequistas se ensinou música. Para a formação de uma banda faltava-nos só o dinheiro necessário para a compra dos instrumentos e esta dificuldade foi logo removida por v. ex. rev.^{ma} pondo á disposição da Missão o necessário para os adquirir.

Chegaram os instrumentos no dia 12 de junho e logo no dia seguinte foram distribuídos. Com muito trabalho do professor (o rev. padre Silva) dos alunos que nunca tinham visto nem ouvido uma banda e ainda com a cooperação do mestre Moisés Lau (sapateiro) que prestou bom auxilio no ensino das escalas e primeiros exercícios, a banda dos alunos da Missão pôde apresentar-se em público três meses e meio depois da distribuição dos instrumentos.

Estreou-se em 5 de outubro, por ocasião da Exposição anual de produtos regionais de Timor e festas do aniversário do actual regime, perante e quasi totalidade do elemento euro-

peu e indigena de todos os comandos desta colônia.

O efeito foi óptimo e geral o apreço e admiração causados pelos progressos realizados pelos nossos rapazes em tão curto espaço de tempo.

Sua excelência o governador, mandou á Missão um officio pela repartição do gabinete, exprimindo a sua satisfação e seu apreço pelo trabalho realizado pela Missão e agradecendo o ter-se a nossa banda estreado naquele dia de festa nacional.

Desde essa data, tem-se a banda apresentado várias vezes em público em Dili, em Manatuto e em Laleia, obtendo sempre um verdadeiro successo. Nem admira, pois é a primeira que nestas terras se fez ouvir. Os progressos em música acentuam-se dia a dia havendo já alguns que tocam á primeira vista qualquer trecho, que não seja difficil. Bem haja o rev. padre Silva, que não se tem poupado a trabalhos para prestar á Missão mais este relevante serviço.

Obras nas Missões. As mais importantes foram as de adaptação do edificio de Dare para servir de colégio, incluindo retretes, casas de banho, lavatórios, além da pintura, reparações e alteração de divisões para arranjar lugar para os dormitórios e sala de estudo.

Em Lahane está quasi concluído o pequeno edificio para retretes e casa de banho dos alunos, faltando ainda a fossa em que presentemente se trabalha. Em Soibada concluíram-se já as paredes do edificio destinado ao colégio e bem assim o madeiramento e quasi todas as portas e janelas. Creio que em agosto ou setembro de 1926 estará pronto a ser habitado. Só depois se poderá começar a destinar o a colégio e residência das religiosas,

que ainda se encontram muito mal instaladas no primitivo edificio provisório.

Em Oe-Cusse falta só cerca de um metro ás paredes da igreja para atingirem a altura devida—oito metros.

Em Alas tem-se trabalhado na conclusão da casa destinada a residência do missionário, sendo já habitada uma parte dela.

As obras, além de consumirem muito dinheiro, consomem também grande parte da actividade dos missionários, por falta de membros auxiliares, que podessem encarregar-se delas e porventura com mais competência do que nós! Eis o que se me oferece relatar a v. ex.^a rev.^{ma} sobre os nossos trabalhos.

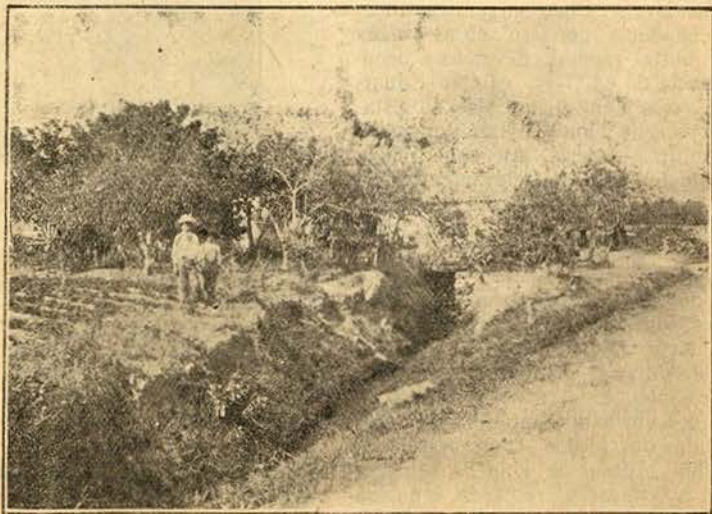
Padre PATRICIO MENDES.

Superior das Missões

Fomento agrícola colonial

Os problemas da agricultura nas colônias hão de continuar a merecer á «Gazeta» especial cuidado, como não poderia deixar de acontecer; contamos para tanto com a cooperação desinteressada dos nossos antigos colaboradores e daqueles que das colônias nos queiram mandar as suas comunicações sobre assuntos de tanta magnitude.

A organização dos serviços agrónomicos deve abrir esta secção e não encontramos para o fazer, com a devida vénia do seu autor, melhor do que a tese do sr. engenheiro Melo Geraldés, que foi largamente discutida no ultimo Congresso Colonial que se reuniu na Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo sido aprovadas por essa assembleia as suas conclusões.



8—Uma levada conduz a agua da serra a todos os campos



Macau

O seu novo porto e a necessidade de desenvolvimento do commercio maritimo

A *Gazeta das Colónias* ainda ha pouco descreveu a história e lei económica de Macau, pugnando pelo engrandecimento do seu porto comercial, que felizmente está em bom caminho de execução, com a aspiração maxima de virem a ser restabelecidas as suas antigas relações maritimas com a India e daqui com a Africa e Lisboa por meio de navegação nacional.

Das medidas urgentes que nesse estudo primoroso o sr. Leite de Magalhães aconselhou como indispensaveis para sustentar a «obra do porto» e fazer regressar Macau ao seu antigo esplendor, destacamos a terceira:

«Ligá-lo commercialmente por mar e por terra, fazendo-o vivo, comunicante e útil.»

Ora precisamente, a desenvolver este tema, encontramos em «O Combate» de Macau, datado de 20 de agosto, o seguinte artigo contendo interessantes observações que recomendamos á análise das pessoas interessadas pelo resurgimento nacional nas colónias do Extremo Oriente.

«Observando o que se passa por esse mundo além, vemos que todas as nações auxiliam a marinha mercante do seu país e atraem a estrangeira a visitar os seus portos, concedendo lhe grandes subsidios.

Portugal tambem concede subsidios, e as nossas colónias de Angola, Moçambique, etc., vêem nos seus portos navios que, sem o seu auxilio pecuniario, não os visitariam.

O Japão, ainda ha bem poucos dias, fez anunciar que uma das suas companhias de navegação está construindo três grandes barcos e de grande velocidade, por ter obtido um bom subsidio do Imperio.

Isto faz o Japão, apesar de ter já hoje uma marinha mercante das maiores, porque vê na navegação o progresso e o desenvolvimento das suas industrias.

Só Macau não pensou ainda a sé-

rio neste importante assunto, pelo que ousamos observar o seguinte:

O novo porto de Macau morrerá se não aparecer a navegação que o sustente e lhe dê uma razão de existir.

O governo de Macau, com o auxilio de todo o comércio local, deve trabalhar no sentido de organizar duas companhias portuguesas de navegação, uma das quais tenha carreiras regulares entre Macau e Timór com escala por varios portos, sendo a outra destinada ás carreiras entre Macau e os portos de Congchao-wan, Hai-Phong, Tourane, Saigon e vice-versa.

O governo de Macau subsidiaria as duas companhias, e o de Timór sómente a primeira.

As mercadorias aqui importadas seriam então introduzidas no territorio chinês; e, tendo em atenção que Seac Ki é um mercado de valor, que se não deve desprezar, o governo de Macau, enquanto não houver um caminho de ferro de penetração, promoveria de pronto uma carreira fluvial portuguesa, tambem subsidiada por

Macau, entre este porto e o de Seac-Ki, podendo o governo adquirir primeiramente dois barcos de rios com destino a estas carreiras, afretando-os a companhias com capitais mixtos. Duas das suas lanchas, pelo menos, devidamente artilhadas, manteriam nos rios uma eficaz vigilância e proteção contra a pirataria evitando os impostos clandestinos lançados pelos piratas e ainda pelos piquetes dos grévistas.

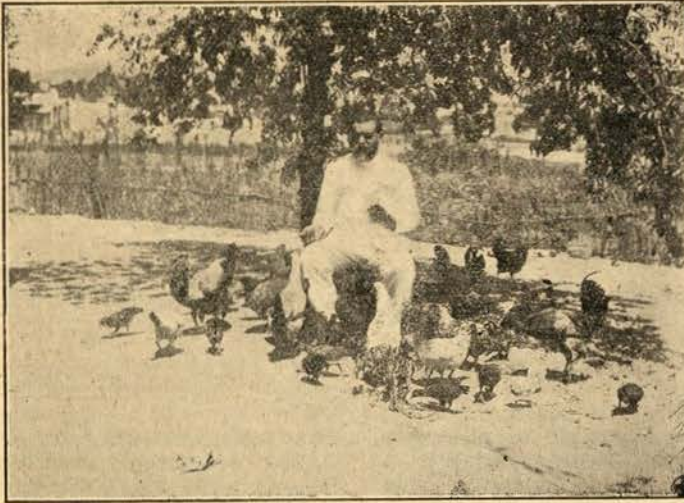
Os comerciantes vendo bem defendidas as suas mercadorias, haveres e vidas, viriam a Macau frequentes vezes e fariam do nosso porto *um porto distribuidor*.

A confiança viria; os navios com a nossa bandeira percorreriam todos estes portos, o commercio afluiria a Macau, e assim se levantaria do sono em que tem vivido esta linda colónia do nosso querido Portugal.

Poderia ainda o governo dar uma iniciativa mais ampla ao tráfico local, nomeando uma comissão de comerciantes e industriais, portugueses e chineses, não funcionários do Estado,



9 — Tipo da carroça dos colonos camponezes



10 — Um que se entretém com a criação

que estudaria e propria, entre outras coisas que entendesse convenientes, a compra de dois ou três barcos de pequena tonelagem, que fariam a carreira Macau — Saigon, unindo-nos a esses portos exportadores de importância, e trazendo nos, entre outros artigos, o arroz, que seria uma carga de segura colocação e bastaria para lhe manter as carreiras, desde que a maioria dos comerciantes desse artigo em Macau o adquirissem vindo nos nossos barcos, tanto mais que chegaria aqui muito mais barato do que o adquirido por intermedio de Hong-kong.

O que sobejasse do arroz consumido pelos habitantes de Macau seria introduzido no interior da China pelas comunicações já citadas e ainda em juncos que viajariam sem receio, devido á nossa protecção nos rios.

Então o governo afretaria os barcos adquiridos a uma ou mais companhias que, mantendo sempre a nacionalização portuguesa dos barcos, pagaria anualmente uma taxa calculada, por exemplo, em 8%, do seu custo, sendo 3% dessa taxa destinada a compensar a depreciação do material, constituindo os restantes 5%, um bom juro do capital pelo governo empregado.

A mesma comissão propria tambem ao governo de Macau a construção, no novo porto, de pontes cais para a atracação dos vapores que fazem as suas carreiras entre Macau, Hongkong e Cantão, havendo já nessa ocasião a carreira de Seac-Ki; uma outra, forte e grande, que serviria para de um dos seus lados atracarem rebocadores, lanchas motores e esca leres do trânsito de passageiros, etc., e do outro, equipado com dois guindastes, podendo ser um deles braçal e o outro electrico, para a descarga das mercadorias vindas em batelões

dos navios ao largo fundeados, descarregando para terra.

Tambem propria a comissão que uma estrada bem pavimentada e iluminada ligasse essas pontes e a cidade pelo lado da ponta de S. Francisco e da Praia Grande ou pela antiga praia de Cacilhas.

Assim veriamos dentro em pouco tempo algum movimento no novo porto, em que Macau põe a unica esperança do seu ressurgimento e do prestigio do nome português.»

Politica do Governo

Continuado da pagina 10.

garantirmos áquelas colónias a necessaria unidade politica.

Esta é a verdade, por mais que nos martelem os ouvidos com um sistema descentralizador por numerosos distritos, onde nada está descentrali-

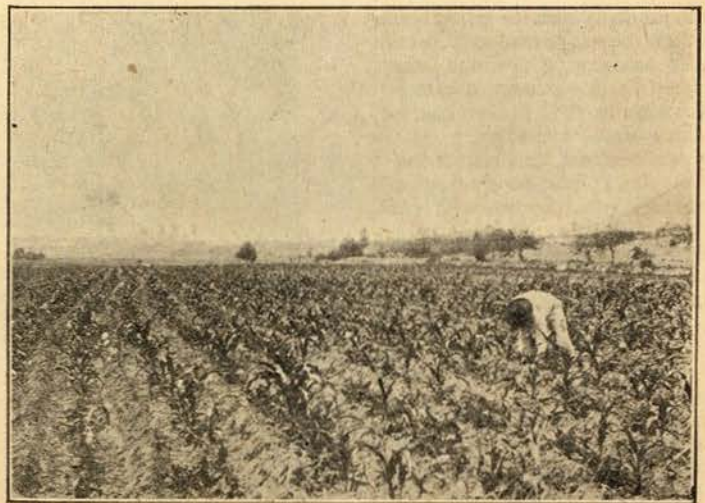
zado, onde tudo depende irritantemente das peias e até dos caprichos das repartições centrais.

Concretizando; em Angola, as regiões que podem formar esses fortes governos subalternos são cinco e estão naturalmente indicadas pelas circunstancias de caracter geografico e ordem economica que desde sempre têm presidido á vida interna de cada uma delas; não é este o lugar para desenvolver um tema que já está discutido. Essas regiões, onde ha linhas de penetração especiais e ligações economicas privativa são: Congo, Loanda, Benguela e Mossamedes e os distritos do hinterland com base de comunicações em Mochico.

Estas cinco regiões dispõem hoje de recursos suficientes a uma administração honesta, dentro daqueles principios de descentralização. E' preciso pois agitar a vida dessas regiões dentro dos seus interesses privativos e do interesse da colonização, com uma orientação que não seja divergente de ponto para ponto, e cuja unificação nunca se encontrará nas repartições de Loanda tendentes sempre, a par de todos os embarços, a preparar uma salada russa com alhos do norte e bugalhos do sul.

Provincias? Distritos? A designação é indiferente; o essencial é que cada uma dessas regiões tenha um govêrno proprio, descentralizado em grau suficiente para que nelas a administração possa ser exercida sem embarços dentro dos interesses economicos regionaes e de uma esfera politica dando unidade a toda a colónia.

O govêrno vai ocupar se das cartas organicas de Angola e Moçambique. Cremos que não deixará de considerar os problemas da sua divisão administrativa e graduação de poderes numa descentralização insofismada.



11—Campos de milho



Mozambique

EXERCITO COLONIAL

(Continuação)

As duas baterias de metralhadoras deviam ser incorporadas nas companhias indígenas e não constituírem uma secção independente como presentemente sucede.

As desvantagens que oferece a sua actual organização são as mesmas que a má distribuição das companhias indígenas apresenta e a que me referirei mais adiante.

O actual projecto de reorganização do exercito colonial oferece duas características importantes merecedoras de todos os aplausos: a primeira, que extingue os quadros privativos militares das colónias e a segunda, que preconiza sómente o emprego e recrutamento de forças indígenas na própria colónia onde elas devem prestar serviço.

Não vale a pena falar aqui dos inconvenientes e desagradáveis incidentes a que deu lugar a existencia de duas categorias de officiaes de iguais patentes, mas apreciados diferentemente sob o ponto de vista tecnico-militar.

De resto, nunca o exercito colonial dispensou a colaboração das forças militares da metrópole, em acções de importancia, o que estava em contradicção com a única razão da sua existencia.

Pode-se dizer abertamente que foi a brilhante acção das forças dirigidas por Von Letow que inspirou os principios agora defendidos na recente remodelação. A extraordinária mobilidade das tropas do seu comando só seria possível com soldados indígenas, pela sua resistencia ao clima e dispensa de abastecimento, sempre extremamente dificultoso em operações militares no interior de Africa.

Em harmonia com estas considerações, nada ha, pois, que alterar em relação aos efectivos de que se compõem as forças indígenas de Mozambique, a não ser a eliminação dos 70 cabos europeus que acarretam consigo a imediata mobilização de 70 indígenas carregadores, isto na hipotese ainda, aliás pouco provável, dos cabos europeus não adoecerem e a campanha militar durar apenas 20 dias, de contrário o número de carregadores terá de ser aumentado e agrava-

das as dificuldades nos casos infelizmente vulgarissimos de doenças próprias dos climas tropicais.

A actual distribuição das forças indígenas em Mozambique deixa muito a desejar.

Em relação à área total de Mozambique, temos uma média de 20,5 hectares por habitante, estando ainda a população muito irregularmente distribuida no distrito de Inhambane; por exemplo, temos a circumscrição de Sovala com 112.000 habitantes e a circumscrição de Vilonculos, com uma área dez vezes superior, apenas com 24.317 habitantes; no distrito de Quelimane a Maganja da Costa com 126.990 e Mossingire com uma área muito superior com 20.991 habitantes; no distrito de Tete a Angonia, com 133.578, e o Zumbo com 27.757 e em Mozambique, Nampula com 87.000 e Malema com 32.290.

Com excepção das companhias indígenas que se encontram no distrito de Tete e a que está em Nampula no distrito de Mozambique, todas as outras permanecem perto do litoral, afastadas dos maiores nucleos de população.

Seria, pois, de aconselhar uma melhor distribuição por destacamentos,

comandados por subalternos com residencia nos centros mais populosos dos distritos, ficando apenas na sede destes o comandante da companhia com a força julgada indispensavel.

Obter-se-ia assim a vantagem de se poder desde logo sufocar qualquer tentativa de rebelião de importancia; evitar-se-iam os inconvenientes resultantes da aglomeração de homens em meios pequenos, como sejam aquelles que foram escolhidos para os seus actuais aquartelamentos e por ultimo dariamos aos indígenas uma demonstração de força que estes só agora conhecem através de centenas de kilometros de distancia.

(Continua).

A. AUGUSTO P. CABRAL.

(Sec. Neg. Ind.)

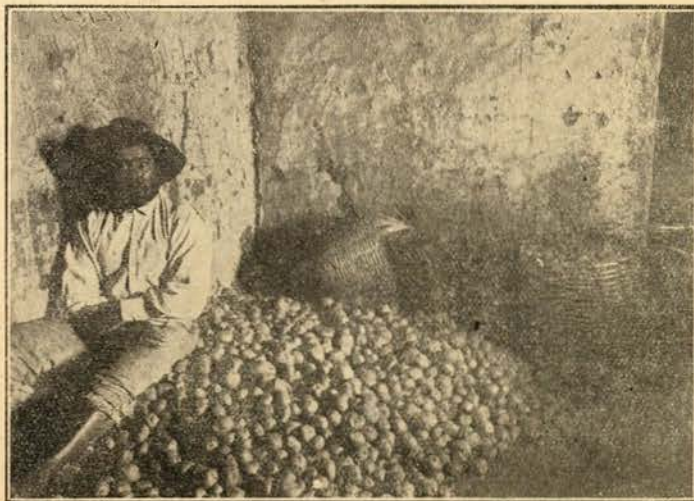
Rectificação ao último artigo desta serie, publicado no número 38 da «Gazeta»:

Pág. 17, linha 18 e seguintes devem ser substituidas por estas:

A esta conclusão só chegamos agora na metrópole, ao fim de quatro séculos de occupação, porque muitas vezes as colónias, pela distancia etc.

Na pág. 18, linha 14, emendar poucos indígenas para forças indígenas.

Na mesma pág., linha 19, emendar Samben para Zambeze.



12 — Colheita de batatas

LUBANGO

A colónia portuguesa
da villa Sá da Bandeira
no Sul de Angola

(Clichés de Veloso de Castro,
cedidos pela Secção
Fotografica do Exército)

As nossas gravuras deste número são inteiramente dedicadas a essa importante colónia de portugueses de lei e coração: homenagem bem merecida.

São conhecidos os esforços feitos desde 1840 para a colonização de Mossamedes, «onde se reconhecera que o clima era semelhante ao da Europa». Alguns pescadores do Algarve e duas importantes imigrações desviadas de Pernambuco, fundaram ali essa hoje prospera e rica colónia a que o ex.^{mo} sr. coronel Alfredo Felner ainda ha pouco se referiu nas páginas desta «Gazeta», ao tratar da importante industria da pesca que se exerce lá e na Baía dos Tigres, sobretudo após o reforço de pescadores algarvios que a colónia recebeu aí por 1860.

A colónia do Lubango, no planalto da Huila, é por assim dizer filha desta, e com ela estão hoje ligadas, numa interdependencia económica muito intima, todas as demais colónias do planalto — Chibia, Humpata, Huila, etc.

Os primeiros esforços de ocupação do planalto e exploração das suas riquezas agrícola e pecuárias, devem-se com efeito aos iniciadores da co-

lónia de Mossamedes, muitos e muitos dêles deixando a vida nos sertões hostis e desconhecidos.

Para reforçar a colónia de Mossamedes e cuidar da sua defesa, foi então organizado o 3.º batalhão de caçadores de Angola, sendo a sua primeira companhia composta de europeus casados e preferidos os agricultores e operários pedreiros, carpinteiros e serralheiros. Esta companhia de verdadeiros colonos, tinha como principal missão militar dominar os Gambos, o vale do Cunene e regiões adjacentes. As tradições desta companhia foram sempre brilhantemente mantidas pelo «Esquadrão de Dragões de Mossamedes», que lhe sucedeu e até nossos dias, ao termo da ocupação (1915), esteve sempre na vanguarda dos movimentos afirmativos da soberania nacional, não deixando também nunca de cooperar na obra

de colonização pela sucessiva fixação á terra de muitos dos seus mais uteis elementos.

Foi portanto essa companhia europeia do 3.º batalhão de caçadores de Angola, instalada em 1859, o germe da colonização do planalto.

Em 1881 chegou a imigração boer fugida á dominação inglesa que a primeira guerra implantára nos territórios de Orange e do Natal. Os boers foram instalados na Humpata e em contraposição criou-se em 1885 no Lubango a colónia Sá da Bandeira com uns 500 madeirenses que de ano para ano se têm multiplicado por uma elevada percentagem de nascimentos e pelo reforço que a colónia tem recebido dos militares europeus, a ponto de hoje contar uns 10.000 colonos espalhados pelo planalto.

Ainda ha dez anos vivia no Lubango um dos primitivos casais, que reunia á sua mesa, em dias de festa, nada menos de cinquenta descendentes e aderentes. As crianças, robustas e sádias, divertem-se e correm ao sol, cabeças descobertas, como nos países dos melhores climas das zonas temperadas.

Não ha inverno naquela região, embora haja chuvas abundantes. Latitude geográfica 15°, corrigido o clima por 1.800 metros de altitude.

Produção como nas regiões das zonas temperadas; mas como na estação seca a agoa escasseia, visto que esta parte do planalto estende-se pelas origens dos regatos insignificantes que formam o rio Caculobale, afluente do Cunene a colónia tende a disseminar se em procura de terrenos irrigáveis que são os melhores para a cultura do trigo.

Cria-se muito gado, mas o comércio procura especialmente o bovidoe nas regiões do sul, em troca de mantimentos e fazendas. A caça é abundantissima nas margens do Cune-

ne e do Cubango, ocupando muitos colonos, sobretudo no decurso das suas viagens comerciais.

O caminho de ferro já liga Mossamedes com Lubango, mas as comunicações com o sul (Cunene) e leste (Cubango) continuam a ser feitas em carros de tipo boer pesados (12 juntas) ou ligeiros (6 juntas); embora possam transitar e transitem muitos camiões automoveis, que nos ultimos periodos da guerra e após as operações, foram os únicos veículos empregados pelo exército.

São aspectos da vida desta prestimosa colónia os representados nas gravuras: construções, culturas, trabalho do trigo, população das escolas, diversões citadinas, diversões no campo, paisagem, etc.; tudo está representado e dá em conjunto a ideia do que é a vida no Lubango. Na capta regista o padrão militar que domina a villa Sá da Bandeira, homenagem aos fundadores da colónia e a tantos outros filhos do povo que por ali passaram e morreram ás centenas nos campos do sul ou tiveram a dita de voltar e engrandeceram a colónia pelo seu trabalho.

Dr. A. Ornelas

Este nosso ilustre amigo encontra-se ha dias ausente de Lisboa, em Seneide (Coimbra) em rasão de doença de sua esposa, que felizmente já não inspira cuidados serios, pelo que o felicitamos. Como sua Ex.^a tenciona regressar no fim do mez, só então continuará a *Gazeta* a publicação do importante estudo sobre o *Problema demografico colonial* que apenas aquella circunstancia, desesperada fez interromper.

são temporaria da escravatura que foi enviado aos membros da Sociedade das Nações e,

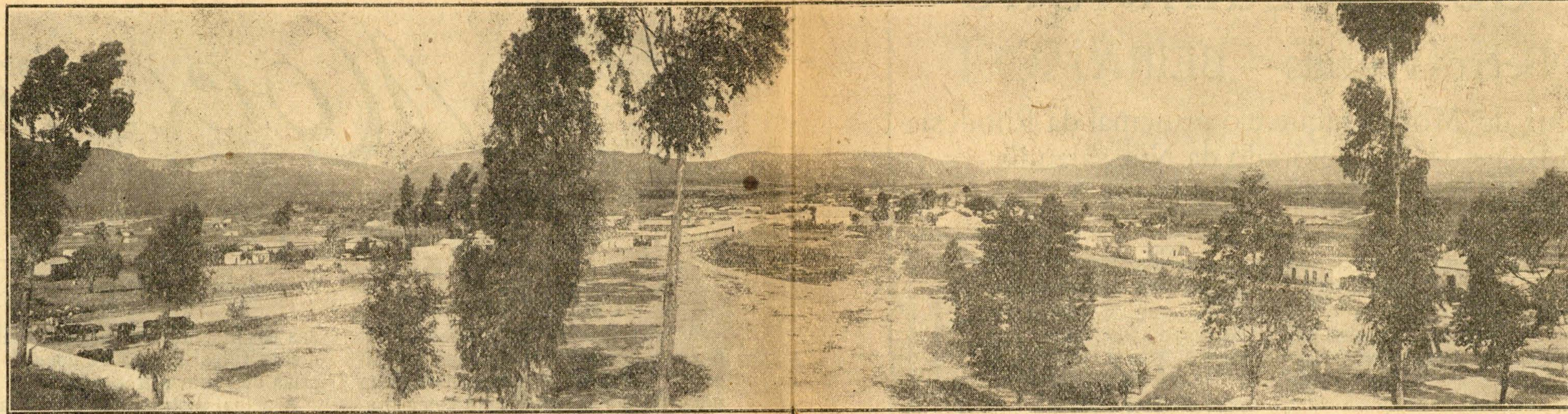
Tendo lavrado acta das alusões feitas neste relatório á situação grave que poderia criar-se nos países onde as condições de trabalho dos indigenas não estão em harmonia com os principios expendidos no artigo 23.º do Pacto;

Sendo de opinião de que esta questão é extremamente urgente;

Chama a atenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a necessidade de a estudar, com o fim duma acção internacional.

O Governo Português dá todo o seu apoio a esta proposta: ela traduz as ideias que muitas vezes têm sido apresentadas e defendidas pelos delegados de Portugal á Sociedade das Nações. Com efeito, a questão do trabalho indigena é das mais complexas porque oferece aspectos variados, segundo as condições economicas das diversas colónias, a sua população e situação dos indigenas. O que torna difícil, senão impossivel, o estabelecimento duma regulamentação geral como se queria fazer pelo Protocolo, é a falta de dados necessarios e sobretudo a ausencia duma investigação que só um organismo como o «Bureau» Internacional do Trabalho estaria em condições de efetuar com o concurso dos órgãos competentes e das personalidades versadas no conhecimento dos diferentes sistemas de administração colonial e na sua applicação.

O Governo Portuguez dá, em principio, todo o seu apoio ás sugestões da Santa Sé, relativamente á introdução, no Protocolo, das disposições que poderiam convir, determinadas pela Conferencia de Berlim, em 1885, a Acta de Bruxelas de 1890 e contidas em essencia no artigo 11.º da Convenção de Saint Germain do ano de 1919.



Vista panoramica da Vila Sá da Bandeira (1800 metros de altitude). Nas serranias do fundo está situado, á esquerda, o planalto de Humpata (2000 metros da altitude)

Resposta ao Protocolo

Continuação da pag. 25

Segunda proposta

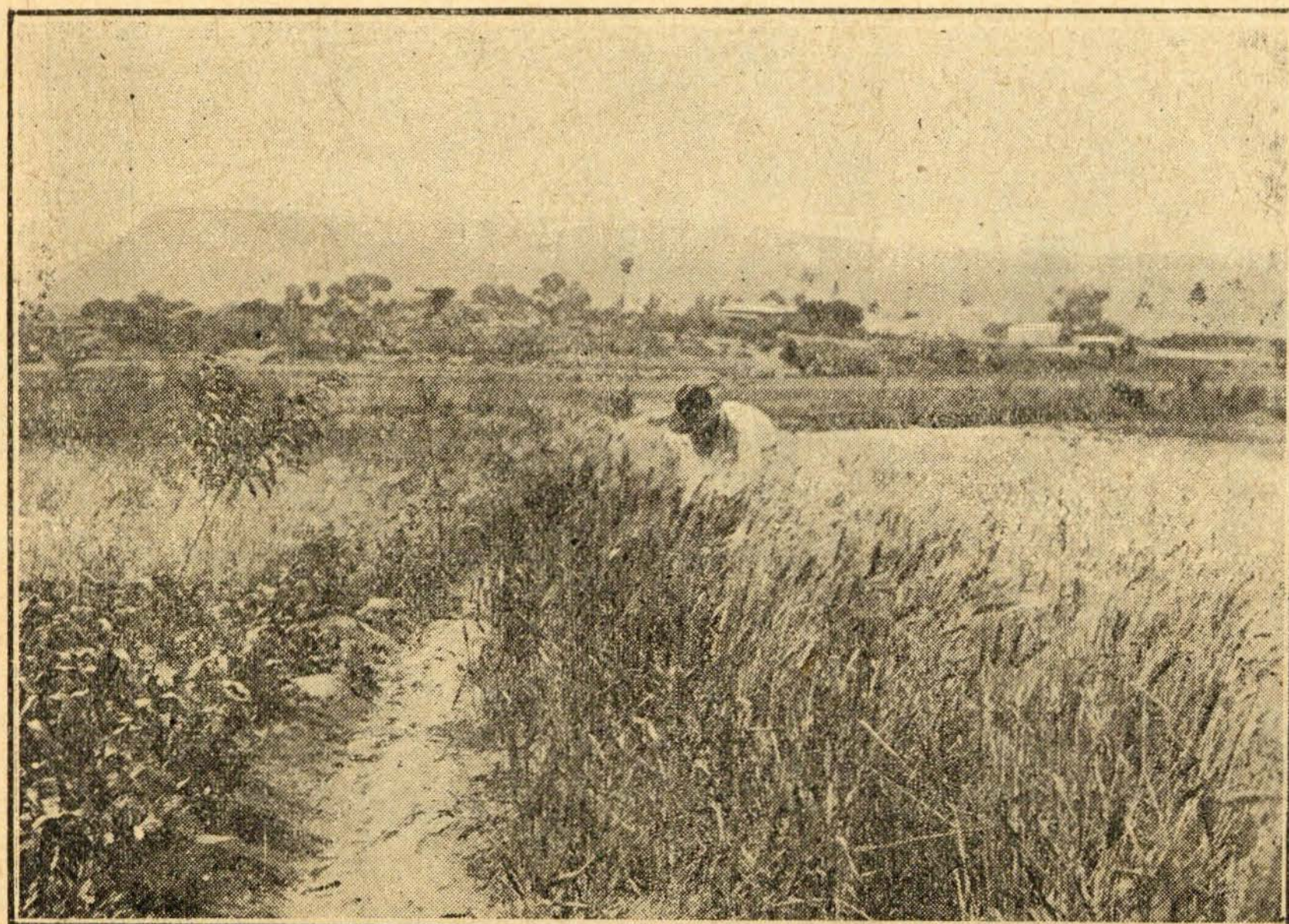
«Os Estados signatarios comprometem-se a enviar em cada ano ao Secretariado Geral da Sociedade das Nações um relatório sobre os efeitos das medidas que tomaram para alcançar o fim visado pelo Protocolo.

«O Secretariado Geral submeterá, em cada ano, á Assembleia da Sociedade das Nações, um resumo dos relatorios que lhe tenham sido enviados».

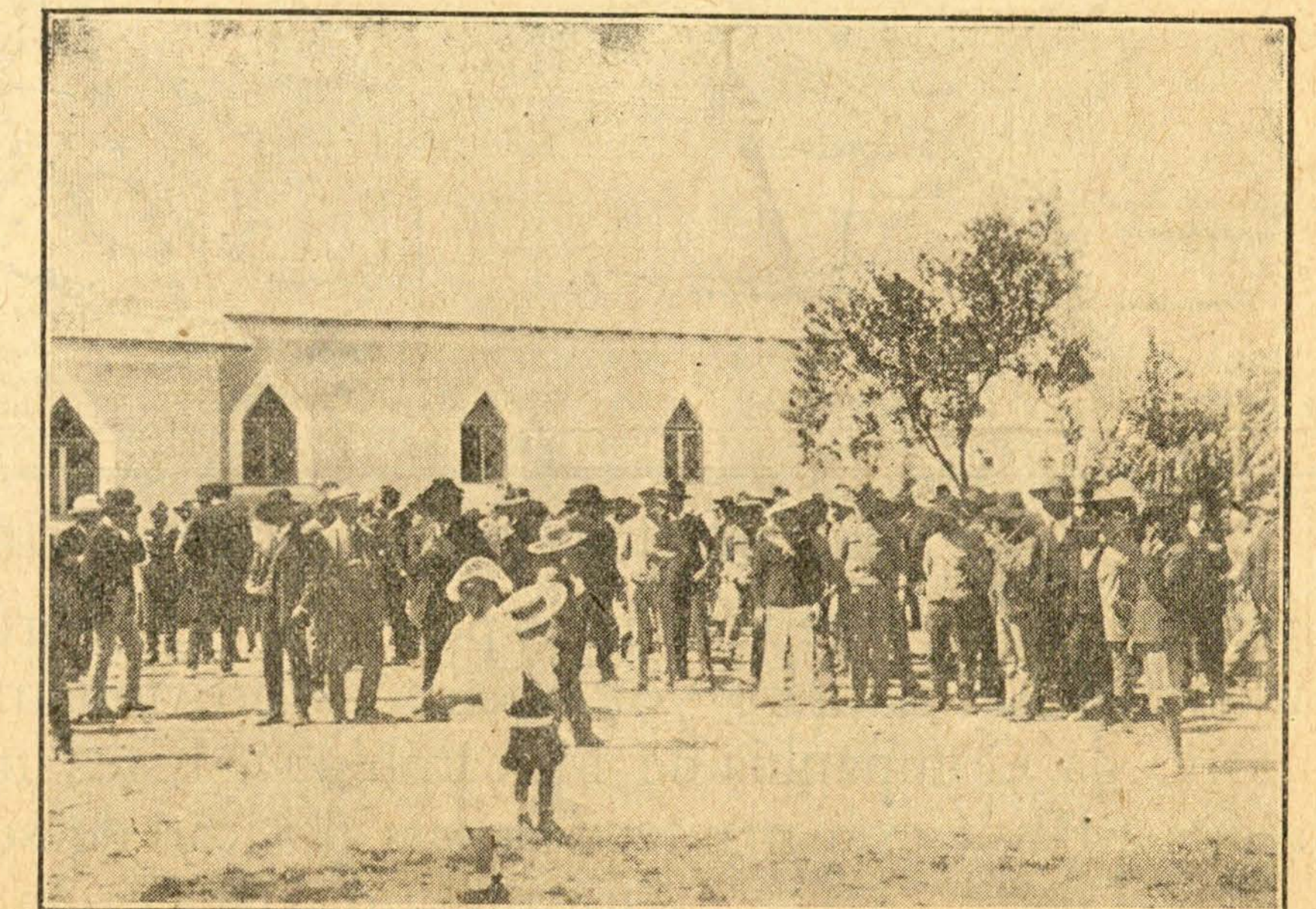
O Governo Português não pode declarar-se de acordo sobre esta proposta que, com inteira evidencia, tende a aplicar ás colónias portuguezas, no que respeita ao trabalho indigena, o regime dos mandatos coloniales, a que são submetidos as antigas colónias alemãs.

Terceira proposta

«A Assembleia:
Tendo examinado o relatório da comis-



13—Monda de Trigo

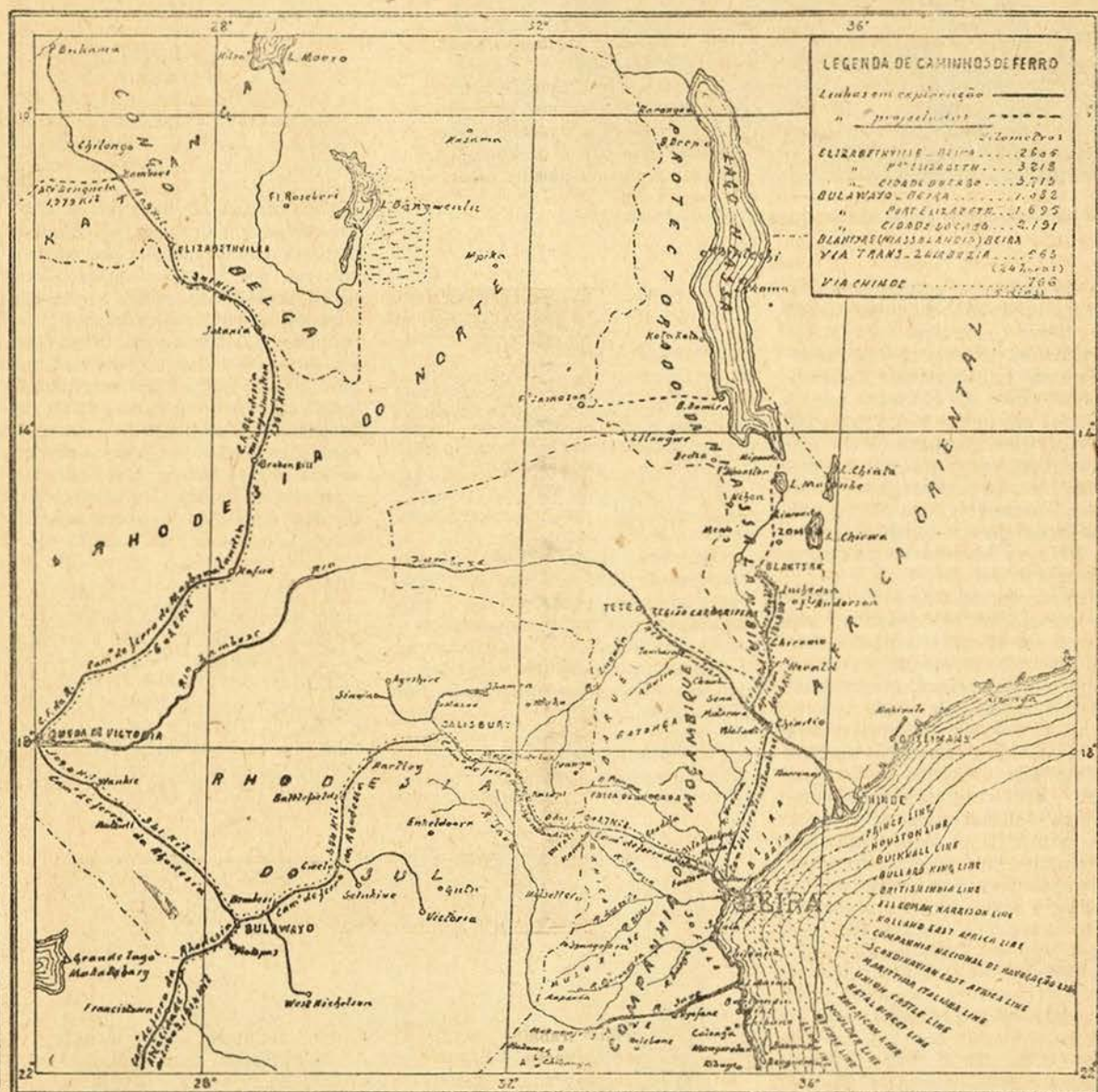


26 — Saida da igreja paroquial

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalândia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

FOMENTO AGRICOLA COLONIAL

A organização dos serviços agronomicos,
segundo a tese do sr. engenheiro C. de Melo Geraldès,
discutida no ultimo congresso nacional

O desenvolvimento agricola das colónias, é, sem contestação, o problema mais complexo que comporta a administração colonial, visto o grande numero de factores que nele intervêm.

E' que o fomento agricola colonial, está intimamente relacionado, com os problemas mais importantes da administração colonial, os quais são, sem duvida, a questão das vias de comunicação e os transportes, o aumento da população indigena, o regime da mão d'obra, a higiene e assistência medica, a colonização, o crédito, a assistência tecnica e a propaganda colonial.

Com efeito, não basta que as terras sejam férteis (e elas nem sempre o são tanto, como por vezes se tem apregoado) e de facil aquisição, para que a sua cultura remuneradora seja possível, porquanto torna-se necessario (para evitar insucessos que geram o descrédito e o desalento) saber previamente com segurança, quaes as culturas e gados que melhor se adaptam ás diferentes regiões e são susceptíveis de economicamente serem explorados, bem como os processos culturais, tecnologicos e zootecnicos, a adotar para a sua exploração rendosa; contar com mão d'obra abundante e que permaneça nas explorações lapsos de tempo suficientemente largos, para assegurar a execução das praticas agricolas nas épocas proprias e evitar constantes e dispendiosas aprendizagens; dispôr de meios de transporte faceis e baratos, para a colocação dos produtos; e de capital, mesmo avultados capitais, porque nas colónias, por via de regra, a exploração da terra implica logo, inicialmente, o empate de grandes quantias sem rendimento immediato; e fazer uma judiciosa propaganda, feita com persistencia e entusiasmo, mas absolutamente honesta e, assim, sem contra-productos exageros e enganosas miragens de rapida abastança e vida regalada, porque só se vence nas colónias, á custa de muito esforço e persistencia.

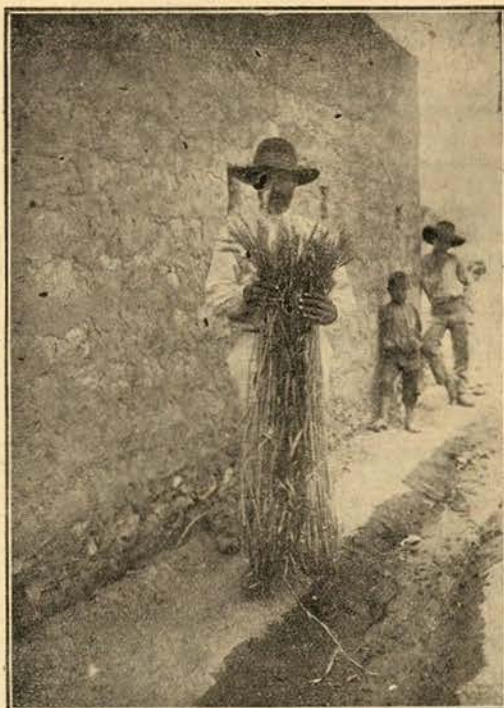
Isto pelo que diz respeito, especialmente, á agricultura exercida por colónos.

Quanto ao desenvolvimento da agricultura indigena, se bem que problema de mais facil resolução, nem por

isso deixa de ser tambem assaz complexo e delicado.

Dada a diversidade de factores que intervêm no fomento agricola colonial, é claro que a resolução dos problemas que o seu estudo suscita, requer a competencia de especialistas e, assim, impossivel se torna versa-

mais factores do fomento agricola colonial, foi, tão sómente, com o fim de tentar fazer realçar bem a grande importancia e complexidade do problema do desenvolvimento agricola colonial, pois que, se bem que tal seja deveras extranho e paradoxal, este magno problema não tem sido, até



14 — Como o trigo é grado

los todas neste trabalho, tanto mais que, por determinação da illustre comissão organizadora deste congresso, tem que ser breve.

* * *

Proponho-me, pois, tratar apenas, e nas suas linhas gerais, dos problemas da *Assistencia tecnica, do desenvolvimento da agricultura exercida pelos indigenas e da propaganda colonial, sob o ponto de vista do fomento agricola.*

E, se sumariamente indiquei os de-

hoje, devidamente considerado entre nós, apesar de constantemente se clamar que o futuro das colónias, está no desenvolvimento da sua agricultura.

E, de facto, assim é, pois que a agricultura foi, e continuará a ser sempre, a base, o principal esteio, em que assenta a economia das sociedades humanas.

E' que, como em frase lapidar disse um grande filosofo chinês, «A prosperidade publica assemelha-se a uma arvore: a agricultura é a sua raiz, a industria e o comercio, os seus ramos



15 — As malhadas

e as folhas; se a raiz adoece, as folhas caem, os ramos destacam-se e a arvore morre». Tése esta desenvolvida com grande elevação e acertado criterio, pelo notavel estadista e escritor francez J. Méline, num livro celebre.*)

Como se explica, então, tal paradoxo? Pelo que respeita á assistencia tecnica, é que para a maior parte das pessoas a agricultura é tida como uma arte comesinha, acessivel a qualquer e especialmente nas colónias, em que, para muito boa gente, basta lançar a semente á terra, para colher abundantes produções, com soméas canceiras.

As inumeras e tremendas desilusões, e os avultados capitais e esforços gastos em para perda que tal illusão tem acarretado, regista-os a historia da agricultura colonial; e a sua compilação e comentario, daria farta materia para um grosso volume.

E' que na realidade, as coisas passam-se de forma bem diferente, como alias não podia deixar de ser, tanto mais tratando-se de uma agricultura que não tem ao menos tradição em que se apoie, porque está ainda, para muitas culturas, na sua infancia.

E, é por isso, que nas colónias, a sciencia agronomica ainda se torna mais necessária, do que nos paizes em que a agricultura tem pelo menos, a servir-lhe de guia, a tradição, baseada na experiencia (embora empirica e tantas vezes eivada de erros) de longos séculos.

Porque, como judiciosamente avverte o conceituado botânico e distinto colonial, dr. Augusto Chevalier: *«La methode scientifique a cet avantage sur l'empirisme. qu'elle évite les tâtonnements et les dépenses souvent élevés qui en sont la conséquence. Elle permet de gagner du temps.*

*Avec la documentation et la methode scientifique on ne va pas au hasard.» (**)*

A sciencia agronomica tem pois de ser considerada como uma poderosa e indispensavel alavanca do progress agricola colonial.

Ma so problema carece de ser tambem encarado sob outro aspecto.

Com efeito, se todas as nações, pondo de parte os beneficios que advém da intervenção da sciencia agronomica na produção vegetal e animal, adotassem como norma, em materia de agricultura, seguir a rotina e o empirismo, todas estariam, sob este ponto de vista, mais ou menos, em egualdade de condições e, assim, a concorrência seria muito menos para temer.

Porém como tal não sucede, mas

pelo contrario, as nações mais avançadas primam em desenvolver e aperfeiçoar, cada vez mais, os seus serviços de investigação e de assistencia agronomica, resulta que aquelas que presistirem em não acompanhar esse movimento de progresso, ficarão fatalmente em condições de manifesta inferioridade e, assim, sujeitas a serem vencidas no campo económico, por incapazes de suportarem a concorrência.

Porquanto, desnecessario seria mesmo lembral-o, o proteccionismo tem, evidentemente, um limite que impossivel se torna transpôr.

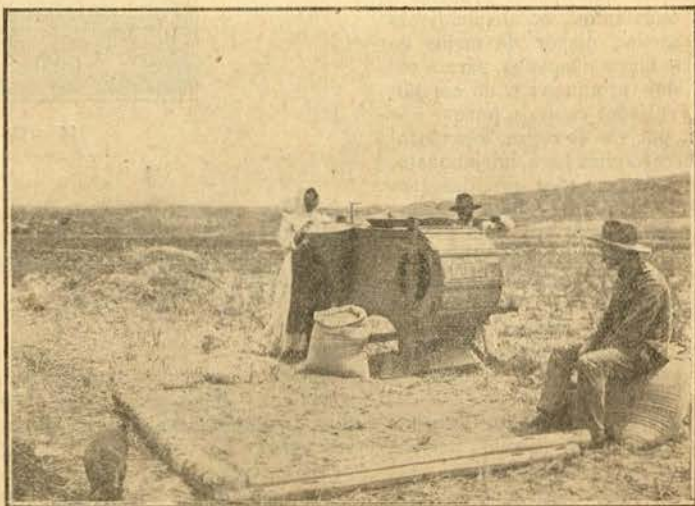
Porque este aspecto da questão, tem, como se vê, capital importancia, vale a pena citar, a este proposito, alguns casos que plenamente confirmam o que fica exposto.

Ha poucos anos ainda, o Brazil quasi monopolisava a exploração e o comercio da borracha, porque a imensa e fertil bacia do Amazonas, em que existem vastos povoamentos espontaneos da arvore produtora de borracha por excellencia,—a Hevea brasiliensis—, era o principal centro produtor d'essa valiosa materia prima.

Escritores houve que, por isso, não duvidaram chamar aos estados do Pará e do Amazonas—*Paiz do ouro negro*—.

Ofuscado pelo brilho de tanta riqueza, o Brazil cometeu o grande erro de se supôr ao abrigo da concorrência; e por isso, despresando os principios da sciencia agronomica, não curou a tempo de organizar sciencificamente a sua produção da borracha, substituindo os *seringaes* espontaneos, por plantações metódicas racionalmente exploradas.

Porém, entretanto, os inglezes e holandezes, iam estudando sciencifica-



16 — A limpeza do trigo

mente a mesma planta, nos magníficos estabelecimentos de investigação agronómica que possuem nas suas colónias do Oriente.

Passados alguns anos de intenso e rigoroso estudo, em que intervieram técnicos de alto valor, começaram a organizar-se poderosas empresas para a exploração racional da *seringueira*. Fizeram-se grandes plantações, com o auxilio de técnicos de reconhecida competencia, e muitas d'essas empresas, antes da guerra, chegaram a distribuir dividendos de mais de 100 %.

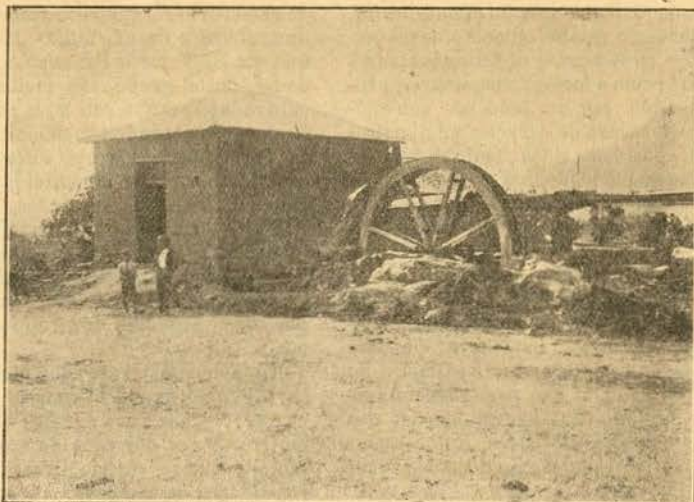
E' tamanho desenvolvimento atingiram taes plantações que de ha muito o Brazil deixou de ser o principal centro produtor de borracha, porque o Oriente produz umas poucas de vezes mais borracha do que ele e, o que para o Brazil é ainda peor, muito mais barata e melhor apresentada.

E por isso, os estados do Pará e do Amazonas, outr'ora tão opulentos, atravessam ha anos uma grave crise; porque não se improvisam plantações metódicas, nem se introduzem, d'um dia para o outro, novas culturas numa região.

A exploração das quineiras, atingiu nas Indias Neerlandezas tal perfeição, mercê do tal — *método científico* — a que alude Chevalier, que hoje nem os proprios inglezes conseguem lutar com elas, na produção da preciosa casca.

Na mesma ordem de idéas, vem a proposito chamar tambem a atenção para dois outros casos que altamente interessam o futuro da Guiné, de S. Tomé e Príncipe e de Angola e que, são da mais flagrante actualidade.

Como é sabido, existem na Guiné e em Angola extensos povoamentos espontaneos de palmeiras do azeite,



17 — Uma das antigas azenhas

os quaes, até hoje, têm sido explorados quasi que só pelos indigenas.

Apezar porem dos produtos d'esta util palmeira, — o azeite de palma e o coconote — representarem valiosos produtos de exportação, o Estado, por intermedio dos seus serviços de agricultura, nada tem feito no sentido de melhorar as condições, assaz primitivas, em que elles são explorados; do que resulta que o azeite de palma exportado pela Guiné e Angola, tem uma elevada acidez, o que não só lhe diminue o valor para qualquer emprego industrial, mas o torna mesmo improprio para o fabrico da margarina (actualmente o seu mais rendoso emprego) pois que, para tal fim, não deve ter mais de 8' de acidez; e o coconote apresenta-se, por via de regra, muito partido e inquinado por impurezas varias.

Pelo contrario, no Oriente, *nas mesmas colónias* em que se preparou a ruina do Pará e Amazonas, está-se não só estudando, com todo o esmero, a exploração racional da palmeira do azeite (*que foi importada d' Africa*) mas desde 1911 que se começaram a plantar extensos palmares regulares; e mais modernamente têm sido instaladas grandes fabricas para a preparação dos seus produtos, de harmonia com as indicações fornecidas pelos técnicos, dos seus modelares estabelecimentos de investigação agronómica.

Muitas dessas plantações estão já em plena produção; e nas revistas da especialidade, têm n'estes ultimos anos sido publicados artigos tendentes a demonstrar, não com palavras, *mas com dados estatísticos*, que dentro de alguns anos os palmares do Oriente produzirão *tanto azeite de palma e coconote, como actualmente toda a Africa!*

E forçoso é confessal-o, não se exagera, porque não só as plantações do Oriente aumentam de dia para dia, mas faz-se n'elas a cultura intensiva das melhores variedades, proficientemente seleccionadas, ao passo que em Africa impèra ainda em larga escala a rotina e estão por explorar vastos palmares.

Mas ha mais! Não só a quantidade de azeite de palma produzido no Oriente, nos deve fazer reflectir e agir, mas sobretudo o facto, muito *mais importante, de ele ser de muito melhor qualidade*, mercê de um cuidadoso fabrico.

Ora, para prevenir a concorrência que é fatal, e evitar assim a crise que presentemente ameaça a nossa fértil Guiné e a prometedora Angola, ha só, evidentemente, um caminho a seguir, o qual vem a ser, fazer em



18 — A fornada no campo

Africa o que se está pondo em pratica no Oriente, isto é, *quanto antes*, fomentar o estabelecimento de plantações metódicas e de fabricas apetrechadas com a melhor maquinaria, promulgando por um lado as convenientes medidas de caracter administrativo, entre as quaes sobrelevam as conducentes a facilitar o recrutamento da mão d'obra, pois que a exploração dos palmares exige muitos braços; e por outro lado, pondo os serviços de agricultura da Guiné e de Angola, em condições de poderem prestar uma eficaz assistencia tecnica ás empresas que se proponham explorar racionalmente a palmeira do azeite. E' isto que urgentemente estão fazendo as demais nações nas suas colónias de Africa, o que é mais um motivo para não perdermos sequer um instante.

O outro assunto a que julgo oportuno referir-me, diz respeito a um dos nossos mais valiosos productos coloniales — o cacau.

Como é sabido, a produção do cacau tem tomado um extraordinário incremento na Costa do Ouro e na Nigeria (a produção em 1922 foi de 190:561 toneladas, quer dizer *mais de 6 vezes a de S. Tomé e Príncipe*) e, por outro lado, como já em 1921 o sr. Hatherley, n'uma interessante memoria (***) apresentada ao Congresso de agricultura tropical, realizado em Londres nesse ano, actualmente a industria do chocolate, está evoluindo no sentido de dar a preferencia ao fabrico dos productos finos e de luxo, para os quaes só se podem empregar os melhores tipos de cacaos.

Ora estes dois factos constituem uma ameaça para S. Tomé e Príncipe e tambem para a economia da metrópole, onde o cacau faz entrar anualmente muito ouro, e, por isso, representam um papel muito importante, tanto mais que, como é sabido, aquellas ricas colónias vivem ainda quasi que só em regime de monocultura.

Com effeito, é certo que ultimamente tem-se dito e escrito muitas vezes que o cacau de S. Tomé *«é o melhor do mundo»*. Porém esta afirmação é não só *absolutamente gratuita*, mas pôde mesmo acarretar muito nefastas consequências, visto que tem como corollario logico que o cacau de S. Tomé não tem a temer a concorrência e que, por isso, não carece de ser melhorado.

Ora a verdade é que, não só o cacau de S. Tomé não é o «melhor do mundo», mas não o poderá mesmo vir a ser, senão mediante a substituição das variedades de cacaueiros, actualmente mais largamente cultivadas em S. Tomé e Príncipe, por outras.

E isto, porque os melhores cacaos hoje conhecidos (cacaos da Venezuela, da Guadelupe, de Java, do Ceylão,

etc.) são produzidos por variedades de cacaueiros do grupo conhecido pelo nome tecnico de «Crioulo», ao passo que em S. Tomé e Príncipe, as variedades deste grupo são muito pouco cultivadas, porque são mais sensiveis ás doenças e produzem menos do que as variedades do grupo «Forastero» com as quais são constituídas especialmente as suas plantações.

Não ha duvida que em S. Tomé se cultiva, em larga escala, uma variedade conhecida pelo nome vulgar de «Creoulo» mas esta, não é mais do que uma variedade do grupo «Forastero».

Eis a demonstração, digamos tecnica, do quanto tal afirmação é erronea, (****) mas para aqueles que pelo motivo de ser derivada da sciencia, a julgarem eméra «teoria livresca» aqui reproduzo as cotações, no mercado

fenómenos que constituem a chamada fermentação do cacau, pois a verdade é que se devem fazer todos os esforços para evitar a nefasta fermentação acetica, o que, seja dito de passagem, com os actuais processos de fermentação uzados em S. Tomé, não é nada facil.

Torna-se pois absolutamente necessario, para defender, tanto quanto possível, o cacau de S. Tomé da concorrência, melhorar-lhe a qualidade e reduzir ao minimo o seu custo de produção, para o que se torna indispensavel o auxilio permanente da sciencia agronomica, bem como para a resolução de outros problemas de capital importancia, dentre os quaes ha a destacar o combate ás doenças que tantos prejuizos já tem causado.

Demonstrada, como fica, a benéfica e indispensavel intervenção da sciencia



19 — Algumas familias no jardim publico

do Havre, de alguns tipos de cacaos relativos ao dia 10 de novembro de 1923 (por 50 K.)

Venezuela	210—310 fr.
Guadelupe	185—118 fr.
S. Tomé (superior)...	150—165 fr.
Costa do Ouro (Acra) 130—138 fr.	

O cacau de S. Tomé não é pois o melhor do mundo, mas o que pode é ser consideravelmente melhorado e obter assim mais altas cotações, visto que, por via de regra, deixa ainda bastante a desejar sob o ponto de vista da sua preparação e apresentação no mercado, notando-se lhe com frequencia um cheiro vinoso ou o acido acetico que muito lhe deprecia o valor, o que não admira, visto que, ao que parece, em S. Tomé ha muita gente que está convencida que não é possivel fazer fermentar bem o cacau, sem que se declare a fermentação acetica!

Trata se, evidentemente, de uma erronea interpretação dos complexos

cia agronomica na produção agricola, torna-se agora necessario examinar como essa intervenção deve ser realizada. Mas antes, é conveniente precisar bem, qual a natureza das sciencias agronomicas e medico veterinarias e quais os seus métodos de trabalho.

Continúa.

(*) Jules Méline-Le retour á la terre. p. 313.

(**) Les grands établissements scientifiques du Moyen et de l'Extreme-Orient et la fondation de l'Institut da Saigon, in La Geographie Tome XXXIII n.º 4—1920 p. 290.

(***) Future prospects of raw cocoa, as regard chocolate manufacture.

(****) Em abono da verdade, devo declarar que não me consta que tal afirmação tenha jámais sido feita, por proprietarios ou empregados de roças ou por tecnicos. Mas em conferencias e artigos de jornais, já ela tem sido feita por estadistas e diplomatas quer dizer por altos representantes do Estado e é isso, que eu reputo perigoso, pois justifica até certo ponto o abandono a que têm sido votados os serviços officiais de agricultura de S. Tomé.

EDUCAÇÃO E ENSINO

Função das Missões religiosas nas colónias

ESTAS ligeiras considerações não são o produto de quaisquer observações pessoais, por quanto, infelizmente, nunca fui ás colonias, mas são unicamente a minha opinião pessoal sobre o assunto, resultante das obras e documentos que, respeitantes ás Missões em Africa, consultei.

Sejam quais forem as minhas convicções sobre este caso, eu confesso nada ter desprezado daquelas obras que pude ler sobre este assunto afim de poder formar uma opinião pessoal, absolutamente independente, muito minha sobre as afirmações de valor dos nossos missionários e das nossas missões religiosas, guiando-me para isso, não pelo testemunho dos seus rivaes, protestantes, mas pelas informações de toda a ordem e, muito principalmente, daqueles que, depois de alguns anos de permanencia no continente africano, sobre este assunto têm escrito e deposto imparcialmente.

A sinceridade, o valor e a vantagem das missões católicas não têm necessidade de serem defendidos; o valor das suas realizações e dos seus trabalhos scientificos é universalmente considerado.

Algumas paginas brilhantes e imorredoras por elas têm sido escritas na historia das nossas colónias.

Por toda a Africa, onde estudamos as condições de fundação e existencia

das missões católicas, nós vemos que só á custa de muito patriotismo e de inumeros sacrificios de toda a ordem dos seus missionários, é que elas têm conseguido estabelecer-se e progredir alcançando, regra geral, os seus objectivos em prol da Patria. Confrontando o resultado do trabalho das missões católicas com o das protestantes ou ainda com o das laicas nós, sem séctarismo, podemos, duma maneira geral, afirmar que todas as vantagens têm pertencido, até hoje, ás missões católicas.

Duma forma geral, podemos dizer, sem termos necessidade de sair dos limites da mais inteira e imparcial moderação, que os sucessos morais de muitas missões protestantes e laicas têm sido mais aparentes do que reais.

E da nossa opinião são homens como Livingstone, Stanley, Lenz, Wissman, sir Bartle Frère, o coronel Johnston, etc. etc., que nos fornecem documentos preciosos e insuspeitos para estabelecerem e provarem a inferioridade, em conjunto, das missões protestantes e laicas em presença da admiravel efflorescencia do apostolado romano no misterioso continente africano.

Evidentemente, que as missões religiosas, como instrumentos colonisadores, não podem limitar o exercicio da sua actividade unicamente ao ensino religioso, mas, pelo contrario, a

sua influencia tem de ser simultaneamente politica e educativa.

Quando, porventura, elas não consigam realizar este fim, terão falhado completamente naquilo que deve constituir o seu desideratum.

A influencia das missões entre os povos selvagens não se deve limitar a uma obra de catequese; deve, pelo contrario, procurar ser ao mesmo tempo, templo, escola, officina e hospital.

Além do fim evangelizador das missões, respeitavel e sempre util á marcha geral da civilisação, elas devem ministrar, simultaneamente, aos indigenas uma preleminar, mas necessária, instrução profissional a par dos conhecimentos de hygiene que a cultura dos indigenas permitir.

Posto de parte, ha muito já, o seu posto dogma da inferioridade relativa da raça negra, e estando, pelo contrario, já asserte e por uma forma iniludível que não ha raças fundamentalmente superiores ou inferiores e ainda menos raças puras e impuras, nós chegamos á conclusão de que há a completa equivalencia das raças humanas, desde que elas se encontrem em identicas condições de educação, meio, etc., e que devemos ter o maior cuidado e prudencia nos meios a empregar para conseguirmos uma humana egualdade entre todos os homens, em beneficio da civilisação em geral e em proveito deles proprios em particular.

O que actualmente existe nas nossas colónias sob o ponto de vista da propaganda missionária, preciso é dizer lo no interesse de todos, salvo honrosas excepções, é pouco e muito deficitante como meio educativo e civilizador. Porisso, muito há ainda a fazer sob o ponto de vista da propaganda missionária.

Principiemos por educar os nossos missionários em muito maior número elevando-os em conhecimentos, e organisando-os devidamente, apoiados nos seus chefes hierarchicos.

Multipliquemos as missões e dotemo-las convenientemente de forma a poderem ministrar, juntamente com o ensino religioso o ensino primario e profissional e a inculcarem os habitos de trabalho aos indigenas, combatendo a sua natural indolencia. Subsidié o Estado as missões com o suficiente para poder exigir delas aquilo que é justo e de forma a que elas possam, pela competencia, vencer as



20 — Crianças junto á escola oficial

missões estrangeiras e o islamismo, cuja influencia carece de ser destruída por muito nociva para os interesses das colónias e para o futuro do nosso dominio político, como nação colonisadora.

Eduquemos e moralisemos o negro e creemos-lhe necessidades económicas que o levem, pouco a pouco, a regenerar-se.

Já Mousinho de Albuquerque, no seu livro «Moçambique», dizia que o melhor processo para educar e civilisar o indigena era desenvolver-lhe praticamente as suas aptidões para o trabalho manual e fazê-lo passar lentamente do estado selvagem para uma civilização rudimentar.

Para tal se conseguir, dizia Mousinho, nada havia como as missões religiosas, com missionários portugueses.

Hoje, é ocioso discutir a vantagem das missões entre os povos selvagens, visto a experiencia largamente nos ter confirmado a sua utilidade.

O Estado tem auferido delas os maiores beneficios, quer como elementos de educação e civilização quer propriamente como elementos da occupação efectiva que, muitas vezes, o direito internacional exige como unica afirmação legitima de soberania.

Deve-se ter em vista que ao negro, selvagem, é muito mais difficil compreender, de momento, a religião cristã do que o islamismo e, nestes casos, a propaganda cristã tem de reduzir-se ao possível não perdendo de vista o util, afim de praticamente, se poder combater o islamismo que, sempre, tem tentado opôr-se á nossa occupação política, nas colónias onde já está intraduzido.

Creio piamente que, bem depressa, arripiaremos o caminho nos ultimos anos seguido para com as missões religiosas e que procuraremos, por meio da nova legislação contribuir para que do missionário português se possa esperar uma obra que tenha por fim:

A politica dos interesses nacionais.

O proselitismo religioso.

A moralisação da familia.

A formação e educação dos caracteres.

A instrucção primaria e o ensino profissional dos individuos de ambos os sexos.

Se tal conseguirmos, teremos contribuido para que a empresa misericordiosa de salvar almas para Deus se concilie com a de educar corpos para o trabalho.

ALCINO DE VASCONCELOS.



21 Cortejo de regresso da festa da arvore

A questão do Zaire

Sabe-se quais foram as pretensões da Belgica de prolongar o seu caminho de ferro de Matadi pela nossa margem do Zaire, até onde fosse possível construir um bom pórtio marítimo proximo da foz, e sabe-se como estas pretensões foram indignadamente repelidas por ocasião das conversas que sobre o caso se trocaram durante os trabalhos da conferência de Versailles.

Dai resultou para nós a necessidade de valorisarmos a margem esquerda do Zaire pela construção de um pórtio marítimo aberto ao trafego internacional e de construirmos o nosso caminho de ferro de penetração do Congo. Estas obras foram concebidas e chegaram a ser estudadas durante o governo do primeiro alto commissário em Angola.

A questão foi renovada, por parte da Belgica, em principios deste ano, entrando em discussão na imprensa um projeto de desvio da linha ferrea belga, desde Songololo até um pórtio a construir no delta do Zaire, margem esquerda.

Repelida esta tentativa, cingiu-se a colónia belga a estudar um simples desvio no vale do rio Pôzo, longe do Zaire, e abandonou a ideia de um pórtio seu na margem esquerda do Delta.

Esta solução, que seria de justiça ser atendida por todos os portugueses de boa vontade, que encarem de alto um problema que não pode obedecer apenas ao interesse nacional, tem sido combatida tambem, e publicamente, por individuos que, nada conhecendo de Africa, nem mesmo

os mapas geograficos, se entretêm a bordar comentários de sensação patriótica.

Temos por isso de tratar essa questão no proximo numero. Entretanto podemos informar os leitores da «Gazeta» que os belgas esforçam-se por desistir da cooperação portuguesa neste negocio, tendo partido para o Congo um engenheiro categorisado com a missão de procurar, entre Songololo e Matadi, um desvio para a sua linha ferrea, que não entre em territorio português; e seguido para Inglaterra uma missão importante de engenheiros com o fim de estudar o material e os processos mais modernos empregados na exploração dos portos ingleses, com o fim de os aplicar aos portos fluviaes de Boma e Matadi.

Podem portanto socegar os patriotas exaltados que nada conhecem do Congo, nem do regime comercial a que está sujeita desde 1885 toda a bacia do Zaire. Nós rejubilamos com a decisão belga ácerca dos portos e continuamos a sustentar que só os espiritos tacaños podem conceber uma recusa dos terrenos do vale do Pazo.

Todos os que se interessam pelo desenvolvimento colonial devem assinar a «Gazeta das Colonias.»

Setima Assembleia da Sociedade das Nações

Resposta de Portugal
ao protocolo de lord Robert Cecil sobre a mão de obra indigena

(CONCLUSÃO)

UM paiz impõe aos seus indigenas pesados impostos, quer em especies, quer «en nature». Para satisfazer estes impostos, têm os indigenas de procurar trabalho em casa dos particulares. No caso de não ter sido efetuado o pagamento, são os mesmos condenados a trabalhos forçados na prisão. A obrigação de pagar esses impostos, poderá ser considerada como uma forma de trabalho forçado não destinado a serviços publicos?

Certas administrações adoptaram o sistema das prestações de trabalho e vão mesmo até ao ponto de requisitar animaes, viaturas, etc., por conta da execução de esse trabalho. As prestações de trabalho podem ser, em muitos paizes, resgatadas a dinheiro. Pode este trabalho obrigatorio ser considerado como trabalho forçado não remunerado?

Em caso de incendio, de inundação, duma praga de gafanhotos ou outros flagelos prejudiciaes á agricultura, os habitantes do paiz ameaçado são obrigados a concorrer com o seu trabalho para a salvaguarda e defeza dos interesses da comunidade. Será isto trabalho forçado, executado a favor de particulares?

Definição importante.

Estes exemplos e outros muitos ainda, que poderíamos citar, demonstram bem como seria vantajoso que o projeto de protocolo definisse claramente o que se deve entender por trabalho forçado, executado em proveito de particulares. E esta definição é extraordinariamente importante, em especial para os pequenos paizes que, como Portugal, possuem vastas colonias.

Com efeito, estes paizes atraem facilmente a atenção e as criticas. Se a sua administração atravessa um periodo difficil ou agitado, convulsionado por lutas politicas, estas ultimas são logo tendenciosamente comentadas e por vezes exageradas, como se todos os paizes, sem exceção, não tivessem de atravessar epocas semelhantes ou mesmo mais dificeis. E se se trata duma administração colonial, as criticas redobram ainda, todos se esquecendo por vezes, no intuito de lhe

imputar apenas provas de incapacidade administrativa, de quanto tais paizes fizeram pela civilização.

Pelas razões acima expostas, o Governo Portuguez considera indispensavel que a definição do que se deve entender por trabalho forçado, remunerado ou não, executado para serviços publicos ou para particulares, seja definido no protocolo da mesma maneira que o são as definições da escravatura e o trafico dos escravos.

O trabalho indigena

Esta definição não será facil de encontrar, se se quer dar uma solução a todas as questões e admitir todas as hipoteses que podem apresentar-se. E' por isto que os delegados portuguezes ás Assembleia da Sociedade das Nações têm por muitas vezes proposto a elaboração de uma carta que regule o trabalho dos indigenas nas colonias. E' preciso, enfim, que cada qual saiba, quais são, segundo o juizo da Sociedade das Nações, os meios mais eficazes e mais humanos para a utilização do trabalho dos indigenas, atendendo ao seu bem-estar e sem impedir o seu desenvolvimento.

Uma tal carta seria de uma incontestavel utilidade para todo o mundo,

porque os ideas filantropicas e humanitarias que nós aceitamos e difundimos têm, por vezes, na pratica, resultados e consequencias tão prejudiciaes como os abusos que pretendem evitar. A elaboração de uma carta de trabalho indigena conduziria a um exame pormenorizado da questão sob diversos aspetos e obter-se iam assim resultados mais eficazes para quem aderisse simplesmente ao protocolo que, após longo exame da questão feito pela sexta comissão da sexta assembleia da Sociedade das Nações, recebeu uma redação tão vaga que por isso sofreu ataques de varios filantropos, os quaes não fazem senão seguir as suas ideias, sem se preocuparem do que adviria se se puzessem em pratica antes que se tivesse efetuado uma preparação conveniente.

A luta contra o mal

Não esqueçamos o que se passou a proposito da escravatura. Ha um seculo que se luta contra o mal e, entretanto, hoje ainda, não acabaram os escravos neste mundo. Não foi possivel, durante esse longo periodo, estirpar o flagelo da escravatura. Teria sido possivel acaba-lo de uma vez para sempre? Talvez. Mas quaes teriam sido as consequencias, uma vez



— Os rapazes da escola em exercicio de ginastica



23 — Pic-nic no Senhor do Monte (festa tradicional dos madeirenses)

que, hoje ainda, vemos a comissão temporaria da escravatura assinalar os perigos que poderiam fazer nascer a proibição absoluta e subita da escravatura domestica e da servidão?

Mesmo nos paizes em que a civilização está mais avançada, ha metodos de organização do trabalho que se assemelham muito singularmente à antiga escravatura, sobretudo para as mulheres empregadas em certas fabricas e em certos estabelecimentos de commercio.

As duras necessidades da existencia impõem muitas vezes taes condições de trabalho que se poderia, com vantagem, comparar-lhes certas formas da escravatura domestica e isto apesar de todas as leis de protecção operaria. E' que ha leis economicas de que não podem facilmente evitar se as consequencias.

Por estes varios motivos, a elaboração de uma carta de trabalho para o indigenas, preparada pelo «Bureau» Internacional do Trabalho, após consulta dos peritos em materia de administração colonial, parece plenamente justificada, com a condição de que se inspire em todos os elementos suscetiveis de contribuir para o bem-estar dos indigenas e nas suas leis economicas, as quaes, aliás, nem sempre podem ser postas em pratica.

As propostas de Nansen

O dr. Nansen, delegado da Noruega, apresentou trez propostas, mencionadas no relatorio relativo ao protocolo, sobre as quaes o Governo Portuguez foi chamado a dar a sua opinião.

Primeira proposta:

«As Altas Partes contrantes convêm em

que todas as divergencias que poderiam suscitar-se entre elas, a respeito da interpretação on da applicação da presente convenção, serão, se não puderem ser regidas por negociações directas, enviadas para decisão do Tribunal Permanente de Justiça Internacional. Se os Estados entre os quaes surgir a divergencia, ou um de entre eles, não eram Partes no protocolo de 16 de dezembro de 1923, relativo ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, esta divergencia será submetida de seu grado e conforme as regras constitucionaes de cada um deles, quer ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, quer a um tribunal de arbitragem constituído conforme a Convenção de Haya de 18 de outubro de 1907, quer a qualquer outro tribunal de arbitragem.

Esta proposição é extremamente simpática ao Governo Portuguez, signatario do protocolo, o qual prevê a competencia obrigatoria do Tribunal Permanente de Justiça Internacional. Entretanto o Governo Portuguez desejaria que os compromissos que assim toma fossem claramente especificados. Como já declarou o delegado de Portugal na ultima sessão da sexta Assembleia da Sociedade das Nações, não se trata unicamente, no caso referido, da interpretação juridica de um documento, da especie do futuro protocolo nem da execução de proposições mal definidas nesse mesmo documento. A aprovação da proposição do dr. Nansen poderia ser interpretada num sentido que conferiria ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional o papel de arbitro nas questões de administração colonial, pelo que respeita à administração indigena.

Pelo artigo 6.º, as Altas Partes contratantes comprometer-se-iam, no caso em que o trabalho forçado ainda estivesse em uso nas suas possessões, por conta de particulares, a pôr lhe um termo tão depressa quanto possível.

Meios a empregar

A fim de realizar este ideal, poder-se-iam adoptar diferentes meios e, naturalmente, procurar-se-ia empregar aqueles que permitiriam alcançar mais rapidamente o fim em vista e que provocariam menos choques e dificuldades. Mas, na hipotese de que um outro paiz julgue que os meios adoptados não são aqueles que deveriam ter sido escolhidos em harmonia com o artigo 6.º do Protocolo e de que este leve a questão perante o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, este, que não conhece as colónias, os seus habitos, os seus costumes, as suas tradições, dificuldades com que topa o paiz colonizador e tantos outros elementos indispensaveis ao exame da questão, poderá resolver a? Evidentemente que não; a menos que se organise, nesse mesmo Tribunal Permanente de Justiça Internacional uma secção encarregada de estudar os problemas da administração colonial. E, mesmo creando-a, quem dirá qual é o sistema de organização colonial mais conforme ás disposições do Protocolo, quando haja—e haverá sempre—divergencias de opinião entre aqueles que têm autoridade em materia colonial—mesmo se estas divergencias se não produzirem quanto ás medidas administrativas, mas sómente quando á sua execução.

O Tribunal Permanente de Justiça Internacional pronuncia sobre questões de direito e de facto, mas não sobre teorias ou sistemas de administração. Querer atribuir-lhe este papel, é conferir-lhe funções para as quaes ele nem sempre será competente. E' obriga-lo a substituir-se áqueles a quem cabe o direito de administrar, direito aceite não importa em que tratado ou convenção. Desde o momento em que se respeitem os compromissos tomados, deve ter-se a liberdade de os cumprir recorrendo aos meios julgados melhores e mais fauceis para pôr em acção.

De maneira que o Governo Portuguez, dando aprovação á proposta do dr. Nansen, não o pode fazer sem reservas.

Continúa na pag. 17

Companhia Nacional
DE
PRODUTOS COLONIAIS, L. DA

Rua dos Fanqueiros, 15—LISBOA

Transações sobre cacau,

café, cera, coconote e couros

CAMPANHAS COLONIAIS

Memoria apresentada ao 2.º Congresso Colonial Nacional, pelo major Veloso de Castro

(CONTINUAÇÃO)

III

A parte central e interior da provincia de Angola é constituída pelos vastísimos planaltos que coroam os maciços montanhosos do grande continente, entre o equador e o tropico sul.

Dali saem os grandes rios Cunene e Cubango para sul; para o oriente partem dele os grandes rios que são origem do Zambeze e do Zaire, assim como pelo norte para occidente corre o grande Cuanza que tambem ali tem origem.

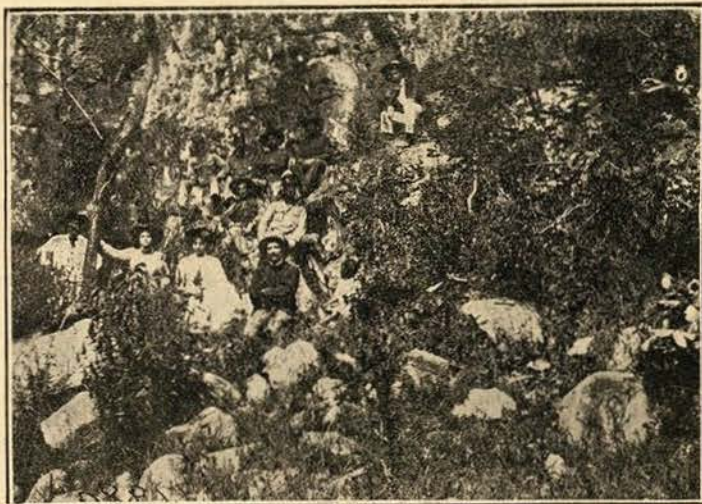
Planaltos de altitudes medias que orçam por mil metros, cobertos de feracísimos terrenos araveis, águas abundantes e esplendidas, ares puros e lavados; para todos os lados vertentes montanhosas, cobertas de terras exuberantes e florestas frondosas, mas não já aquelas impenetraveis matas da zona equatorial; climas aptos á fixação de raça europeia; recursos pecuarios abundantes e de toda a especie; populações indigenas densas, sadias e robustas; eis o oden que muitos temos sonhado para um Portugal maior, mas que tambem não tem deixado de ser cubiçado por extranhos, quer sejam os boers emigrados da Africa do Sul desde a epoca das suas primeiras lutas com os ingleses; quer sejam os hebraicos que já ali sonharam a sua reconstituição; quer fossem os alemães que desse imenso paiz pensaram em se assenhorear e com tal intenção mantinham por lá, nas vespervas da grande guerra, uma bem urdida teia de agentes que só esperavam o exito da empreza germanica, para lançarem as bases de uma administração sua.

Este paiz, eminentemente apto a todas as culturas dos climas temperados, que já nos deu abundantes recursos durante a grande guerra e nesse mesmo peri do socorreu fartamente o Congo belga, então isolado, hade poder um dia dar á nossa metrópole tudo quanto se exigir dele em gados, cereais e legumes, assim como hade ser a riqueza futura dos nossos filhos, quando a sua expansão para ali fór uma necessidade e quando as sabias medidas de fomento economico, de que são principal instrumento o caminho de ferro e o porto do Lobito, tiverem o seu total desenvolvimento.

Eis o nosso grande interesse na sua conservação e na sua defeza. E' preciso que todos os portugueses o saibam, como é preciso que todos nos habituemos a olhar as colonias, e em especial esta, não como um paiz onde se vai contrariado por um dever que pode ser penoso, ou arrastado por uma cubiça que pode ser precaria, mas sim orientados por aquele espirito de grandeza e expansão da raça que foi um dos maiores apanagios que nos legaram os nossos avós. Se os nossos maiores já fundaram na America uma nacionalidade que é

dever prestar-lhes o culto da nossa homenagem.

Daquelas tribus, citarei apenas as que nos têm dado mais trabalho: Libolo e Amboim, nas vertentes do Cuanza; visinha destas a do Seles; mais para o interior, já no planalto, o Balundo e Bié; para norte destes, no distrito de Malange e contrafortes da bacia do Cuango, os Bangala, os Bondo, os Angolas, hoje vulgarmente chamados Jingas, do nome do seu soberano da epoca das conquistas. Era este o povo que habitava as margens do baixo Cuanza por ocasião da des-



24 — Junto ás nascentes do Senhor do Monte

grande e promete ser brilhante, porque não havemos nós de cimentar para os nossos filhos outra, no grande continente africano, que está sendo hoje o eldorado cubiçado pelos maiores povos da Europa?

Os planaltos de Angola são habitados por varias tribus indigenas com quem incessantemente temos vindo lutando ha trinta anos, desde que findou o ciclo dos vastos reconhecimentos politicos-geograficos em que foram audaciosos pioneiros em Angola Brito Capelo, Roberto Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, Paiva Couceiro e Silva Porto, cujos nomes a Patria nunca devera esquecer. Como foram estes que nos apontaram o caminho e indicaram os objectivos, é

coberta de Angola e o primeiro sobre que incidiram os nossos esforços de penetração. Sempre audazes e sempre resistindo, internavam-se á medida que iam perdendo terreno, até que se fixaram no rio Cambo a nordeste de Malange. Ha ainda, nesta zona territorial que estamos considerando, e formando a facha mais oriental de Angola, povos que acabam de ser submetidos, como Quiocos e Lundas do Cassai, região da borracha e dos diamantes; povos eminentemente pacíficos como os de Nana Candundo, região agricola riquissima, nas origens do Zambeze; e ao sul destes, no alto Cubango, povos que tem oferecido fraca resistencia como os Luchazes.

E para seguimento do meu breve

estudo sobre campanhas coloniais, tomarei dentre todos os citados, como prototipo, os do Libolo que são dos mais aguerridos, os que mais de perto pude conhecer, e entre todos os que melhor têm conseguido realizar uma acção defensiva-ofensiva.

O Libolo é um paiz montanhoso (1400 a 1600 metros) dividido pelos rios que convergem ao Cuanza e Longa, bem definidos e quasi paralelos, desde o Gaugo ao Nhia; cumiadas importantes, verdadeiras serranias, definem as bacias desses rios. Caminhos francos correm ao longo dos vales, ligando as regiões limitrofes, ao Libolo; caminhos transversais galgam as serras em procura das portelas apertadas por onde alcançam o vale visinho.

A região é dividida em distritos indígenas (sobados). Cada sobado, ocupando geralmente um vale ou parte dele, tem a sua organização administrativa propria, especie de comuna muito semelhante ao sistema que hoje pregam na Europa os sociólogos de criterio mais avançado. E como, se observarmos de perto o modo de ser moral e social destes povos africanos, encontramos nele grande paridade com o que disfrutavam os nossos antepassados celtiberos, por ocasião das guerras punicas, somos levados a meditar sobre se será na realidade um avanço, ou um retrocesso de 25 seculos, o que pretendem alcançar esses sociólogos, com as consequencias da sua doutrina nova.

Os libolos são audazes, robustos e fortes; qualidades radicadas em habitos de trabalho e ausencia de alcoolismo. Uns são principalmente agricultores, outros principalmente pastores, mas todos habituados a longas viagens de mezes nas caravanas

comerciais que percorriam o sertão, ou ao trabalho dos nossos colonos agricultores ou aos grandes trabalhos do Estado como o caminho de ferro de Malange; mas preferindo sempre, a tudo, trabalhar nas proprias culturas. Diz se com verdade que o Libolo é o celeiro de Loanda.

Desde que a região fora ocupada, ha muitos anos, havia ali apenas revoltas parciais, dum ou outro sobado, que se dominavam, ás vezes a custo, como a de 1908. Mas em 1917/18 houve uma sangrenta coalisção desses povos que, juntos aos de Amboim e Seles, deram enorme trabalho a submeter, tanto pela ferocidade que então manifestaram, como pelas tentativas que haviam sido feitas para arrastar á rebelião as regiões visinhas de Malange e Balundo.

O armamento destes povos é ainda, como ao norte, a espingarda de caça, de pistão; polvora em abundancia que nos anos precedentes a 1917 era defeza ao nosso comercio, e metralha que eles proprios preparam, porque são tambem optimos ferreiros. Mas o que aumenta a seu valor defensivo são as optimas posições que o paiz lhes oferece e que eles têm o cuidado de escolher bem e organizar melhor.

De facio, é nos apertados desfiladeiros que fecham os grandes vales, ou nas portelas de acesso duns vales para outros, que eles concentram todos os seus esforços, fortificando-os logo que o estado de guerra é declarado. A pedra abunda na região e, ou sejam as aluviões de granito nos vales de alguns rios ou as rochas xistosas no alto das montanhas, eles têm o material sempre á mão, e trabalham na faina da sua defeza por milhares.

Nos desfiladeiros apertados, uma

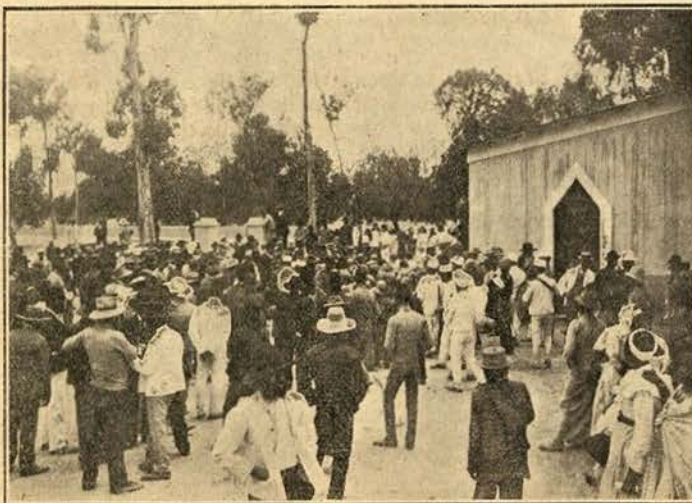
muralha é logo levantada a barricar a passagem e nas cristas dos montes adjacentes longos entrincheiramentos, tambem de pedra, flanqueiam a posição. O que vale é que parte desses entrincheiramentos ficam ás vezes a tal distancia do caminho, que a metralha difficilmente poderá alcançar a quarta parte dela; mas eles conservam a doce illusão de que as balas, a descer seguem sempre...

As portelas são organisadas dum modo semelhante; e por ultimo as povoações que eles sabem ser o objectivo principal das forças do governo, são protegidas por entrincheiramentos identicos feitos em logares dominantes e ás vezes a distancia.

Organizadas as defezas poderá supor-se que eles vão guarnecer todas as suas linhas. Nada disso. Concentram-se á retaguarda em nucleos importantes, em logares ás vezes distantes, donde possam facilmente acudir ao ponto ameaçado, e estabelecem o seu sistema de segurança e descoberta. Para os pontos fortificados vão pequenas patrulhas, verdadeiros postos á cossaca, que capricham em exercer uma vigilancia rigorosa; e para a frente destes, a quilometros de distancia ás vezes, em contacto com as nossas forças, mas sempre invisiveis para nós, mandam observadores que tem por missão exclusiva conhecer a nossa direcção de marcha e portanto o ponto que devemos atacar.

E visto que estão habituados a verem-nos concentrar todos os esforços num só ponto, logo que este esteja bem definido aqueles esclarecedores o indicarão ás forças rebeldes muito a tempo de o ocuparem antes da nossa chegada. E' um judicioso emprego de linhas interiores, com todas as suas vantagens na defeza.

Em 1908 organisou se, para restabelecer o dominio em parte do Libolo, um grupo de duas companhias de infantaria, uma das quais europeia e outra indigena, reforçado com uma divisão de artilharia de montanha, com material de bronze 7 c. sistema Krupp. As tropas europeias de infantaria eram reclamadas, como as mais aptas ao assalto, para acções offensivas em que se carecia de toda a decisão e energia porque a revolta durava ha dois anos e varias pequenas forças de infantaria indigena não tinham, nesse periodo, logrado exito: estacavam em frente das posições inimigas mantendo longos tiroteios inuteis, de que apenas resultava o esgotamento das munições, a retirada com bastantes baixas e as forças desmoralizadas. Num desses recontros tinham succumbido pouco antes dois officias.



25 — A vila em festa

(Continúa)

Boletim da Agencia Geral das Colonias

é uma publicação que deve merecer não só de todos os coloniais, mas de todos os portuguezes o mais desvelado interesse.

Assinatura anual	Numero avulso	6\$00
	Portugal e Hespanha . .	72\$00
	Ilhas e Colonias	80\$00
	Estrangeiro	100\$00

Pedidos à Agencia Geral das Colonias:

RUA DA PRATA, 34

Telefone C. 3557

Marques, Seixas & C.^a Ltd.

LISBOA-PORTO

LISBOA—Travessa dos Remolares, 10. 3.º, Esq.

Telegramas **FERRAMENTA**—Telefone 2914 G.

NOVO REDONDO—Caixa do Correio, n.º 3

Telegramas **SEIXAS**—Telefone 1

Sortido completo de arminho, mercadorias para permuta, tintas, ferragens, etc.

MARINHAS DE SAL

Creação de gado bovino e navegação á vela para todos os portos da provincia.

Grandes plantações de algodão e fábrica de degrana-mento pelo sistema mais aperfeiçoado em Novo-Redondo.

Grandes depositos de café da Amboim, oleo de palma e coconote das suas roças do Amboim é Seles-Boa Lembrança, Santa Clara, Aliança, Montebelo, Rio Luete e Monte Alto.

Importação Exportação

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLÓNIAS

Séde — LISBOA — Rua do Comercio

Agencia — LISBOA — Caix do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000

Capital realiado: Esc. 24.000:000\$00

Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE—Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarem, Setubal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Traz-os-Montes, Vizeu

FILIAIS NAS ILHAS—Funchal (Madeira), Angra do Heroismo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS—AFRICA OCIDENTAL—S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiagode Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshass (Congo Belga), S. Tomé, Principe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL—Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane Moçambique e Ibo

INDIA—Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA—Macau TIMOR—Dilly

FILIAIS NO BRASIL—Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manáus

FILIAIS NA EUROPA—Londres, 9 Bishopsgate E.—Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS—New-York, 93, Liberty Street

Operações bancarias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes,
Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros
fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGA)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e
olama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguella, Mos-
samedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batedores, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.

b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.

c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.

d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais o Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço
| C. 2992 | de transportes
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

Fomento Geral de Angola

(FOGERANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

CAPITAL: ESC. 5.400.000\$00

Empreendimentos agrícolas, pecuarios, comerciais, industriais e financeiros, em Angola, directamente ou por meio de empresas que dêes especialmente se ocupem

xx

Sociedades filiais já organisadas:

Companhia Agricolo-Pecuaría de Angola

Capital 1.000.000\$00

Companhia de Pescarias de Angola

Capital 9.000.000\$00

Sindicato para o estudo do Tabaco em Angola

Capital 1.650.000\$00

Sociedades filiais em organisação:

Para exploração do algodão e exploração de oleaginosos

Séde: Rua dos Fanqueiros, 12—LISBOA

End. teleg.: FOGERANG

Presidente do Conselho de Administração

HENRY BURNAY & C.^A

Administrador Delegado

ERNESTO DE VILHENA

Administrador-Delegado em Africa:

Cor. EDUARDO MARQUES

Loanda, C. P. 332

End. telegrafico: FOGERANG

MISSÕES DE ESTUDO EM VARIAS REGIÕES DA PROVINCIA

COMPANHIA DE PETROLEO DE ANGOLA

(ANGOLA)

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de Esc. 4.675.365\$00 (ouro)

Pesquisas e exploração de petroleo na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social em LISBOA: RUA DOS FANQUEIROS, 12-2.º Telegram's: ANGOIL

Comité técnico em Nova York -- Escritorio em Bruxelas

Presidente do onselho de Administração

Banco Nacional Ultramarino

Direcção técnica: "Sinclair Consolidated Oil Corporation"

45, Nassau Street, New-York

REPRESENTAÇÃO E DIRECÇÃO TÉCNICA EM AFRICA

Representante

Coronel Eduardo Marques

Caixa Postal 332 Teleg.: ANGOIL

LOANDA

Administrador-delegado

Ernesto de Vilhena

Director técnico

O administrador Mr. CHESTER NARAMORE

Caixa Postal 315 Teleg.: SINGOLA

LOANDA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

SOCIEDADE ANONIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Com o capital de Esc. 9.000.000\$00 (ouro)

Direito exclusivo de pesquisa e extracção de diamantes na Provincia de Angola, por concessão do respectivo Governo

Séde social: Rua dos Fanqueiros, 12-2.º — LISBOA

Telegramas: DIAMA G

Escritorio em Bruxelas, Londres e Nova York

Presidente do Conselho de Administração

Banco Nacional Ultramarino

Administrador-delegado: ERNESTO DE VILHENA

Representação e direcção técnica em Africa

Representante

Tenente-coronel Antonio Brandão de Melo

Caixa Postal 347

Teleg.: DIAMANG

LOANDA

Presidente dos Grupos Estrangeiros

Mr. Jean Jadot

Director técnico

Mr. H. T. Dickinson

DUNDO

LUNDA